

Entrevista  
**Roberto Olinto**  
Pág. 6



Sistema **Ocepar**  
FECOOPAR - OCEPAR - SESCOOP/PR

# paraná cooperativo

Ano 12 - N°  
**149**  
Jul/2017



## NOVAS REGRAS PARA AS CONCESSÕES

Lei 13.448 estabelece normas mais restritivas para prorrogação e relicitação de contratos em rodovias, ferrovias e aeroportos

Av. Cândido de Abreu, 501 - CEP 80530-000 - Curitiba - Paraná - www.paranacooperativo.coop.br



### ■ PLANO SAFRA 2017

Ocepar analisa medidas  
anunciadas pelo governo federal

# COOPERAR É GARANTIR QUE TODO PRODUTOR RURAL POSSA CULTIVAR O CRESCIMENTO

1 de julho - Dia do Cooperativismo | 28 de julho - Dia do Agricultor



# Preocupações ao setor produtivo



**José Roberto Ricken**  
Presidente do Sistema Ocepar

“  
A nova lei para concessões cria a oportunidade de avançarmos, com segurança jurídica e possibilidade de utilizar modelos de concessão que garantam a melhoria contínua dos modais de transporte do estado”

Vivemos tempos de incertezas, com muitos desafios que podem comprometer o futuro do setor produtivo. Além da situação política conturbada, presente nos noticiários, há outros quatro temas que impactam de forma direta nas cooperativas: a lei das concessões, o Funrural, o Plano Safra 2017/18 e a questão sanitária. A Lei 13.448/17, sancionada em junho pelo presidente da República e que mereceu especial atenção nesta edição da Revista Paraná Cooperativo, pode significar o início de um novo momento para a infraestrutura no Brasil. Para os setores produtivos, logística é fundamental à sustentabilidade dos mercados nacionais e internacionais, por isso é preciso pensar de forma estratégica. A nova lei cria a oportunidade de avançarmos, com segurança jurídica e possibilidade de utilizarmos modelos de concessão que garantam a melhoria contínua dos modais de transporte do estado.

Também ganha destaque nessa edição a análise técnica sobre o Plano Agrícola e Pecuário, anunciado em 7 de junho, que prevê a aplicação de R\$ 190,25 bilhões na agricultura brasileira. Mesmo com os esforços do Ministério da Agricultura, causa apreensão o fato de haver no Plano limitação de crédito para as cooperativas, com redução de recursos, restringindo, com isso, o acesso a crédito rural para custeio, comercialização e industrialização. É inconcebível que se restrinjam financiamentos para um setor que tem dado contínuas demonstrações de

sua importância ao desenvolvimento do país, na geração de empregos, investimentos e distribuição de renda.

A questão sanitária também é um fator preocupante, onde as exigências internacionais direcionadas aos produtos brasileiros extrapolam o bom-senso, uma consequência da Operação Carne Fraca, que causou prejuízos financeiros e abalou a imagem da produção pecuária do país.

Outro tema que traz preocupação ao setor cooperativista, é a insegurança jurídica provocada pela decisão do Supremo Tribunal Federal (STF), que reconsiderou a constitucionalidade da cobrança do Funrural (Fundo de Assistência ao Trabalhador Rural). Em 2011, o Tribunal havia considerado a mesma matéria como inconstitucional. Por isso, muitos agricultores deixaram de recolher o imposto. Os produtores não são sonegadores, confiam nos poderes do Estado e, por essa razão, agora correm o risco de se tomarem inadimplentes. É uma situação que precisa de uma solução urgente, que envolva o Judiciário, Executivo e Legislativo.

Mas, apesar dos desafios, há razões para mantermos a esperança e o otimismo. Sempre no primeiro sábado de julho é comemorado o Dia Internacional do Cooperativismo, e neste ano, entre as atividades para marcar a data, celebraremos o Dia de Cooperar – o Dia C, ações de responsabilidade socioeconômica que visam estimular e dar visibilidade a projetos que beneficiam as comunidades nas quais as cooperativas estão inseridas. Boa leitura! ■

## 10 ESPECIAL

Regras ficam mais rígidas para prorrogação de contratos de concessão



## 24 COOPERATIVISMO

Fórum reúne dirigentes para discutir a cultura do milho, gestão e intercooperação



## 28 PLANO SAFRA

Financiamento da safra 2017/18 terá R\$ 190,25 bilhões em recursos e juros de 6,5% a 8,5% ao ano



# CONT

**Julho.2017**

**35 SAÚDE - UNIMED**

**36 SAÚDE - UNIPRIME**

**38 CRÉDITO - SICOOB**

**40 CRÉDITO - SICREDI**

**42 SISTEMA OCB**

**43 NOTAS E REGISTROS**

**46 ASPAS**

**6 ENTREVISTA**



Roberto Olinto,  
presidente  
do IBGE

## 32 FORMAÇÃO

Cooperativistas do Paraná participam de missão de estudos na Oceania



Foto: Divulgação

## 34 LEVANTAMENTO

Censo Agropecuário é lançado no Sistema Ocepar. Trabalho de campo inicia em outubro



Foto: Ricardo Rossi/Sistema Ocepar

# EUÚDO

nº 149

### SISTEMA OCEPAR

#### DIRETORIA DA OCEPAR

**Presidente:** José Roberto Ricken - **Diretores:** Alfredo Lang, Alvaro Jabur, Dilvo Grolli, Frans Borg, Jacir Scalvi, Jaime Basso, Jorge Hashimoto, Luiz Lourenço, Luiz Roberto Baggio, Marino Delgado, Paulo Roberto Fernandes Faria, Renato João de Castro Greidanus, Ricardo Accioly Calderari e Ricardo Silvio Chapla - **Conselho Fiscal - Titulares:** José Rubens Rodrigues dos Santos, Tácito Octaviano Barduzzi Jr. e Urbano Inácio Frey - **Suplentes:** Lindones Antonio Colferai, Popke Ferdinand Van Der Vinne e Sergio Ossamu Ioshii - **Superintendente:** Robson Leandro Mafioletti

#### DIRETORIA DO SESCOOP/PR

**Presidente:** José Roberto Ricken - **Conselho Administrativo - Titulares:** Alfredo Lang, Luis Augusto Ribeiro, Luiz Roberto Baggio e Wellington Ferreira - **Suplentes:** Frans Borg, Karla Tadeu Duarte de Oliveira, Viviana Maria Carneiro de Mello e Paulo Roberto Fernandes Faria - **Conselho Fiscal - Titulares:** James Fernando de Moraes, Marcos Antonio Trintinalha e Roselia Gomes da Silva - **Suplentes:** Iara Dina Follador Thomaz, Katuscia Karine Lange Nied e Luciano Ferreira Lopes - **Superintendente:** Leonardo Boesche

#### DIRETORIA DA FECOOPAR

**Presidente:** José Roberto Ricken - **Vice-Presidente:** Paulo Roberto Fernandes Faria - **Secretário:** Dilvo Grolli - **Tesoureiro:** Ricardo Accioly Calderari - **Suplente:** Luiz Roberto Baggio - **Conselho Fiscal - Titulares:** Jorge Hashimoto, Jacir Scalvi e Dorival Bartzike - **Suplentes:** Jaime Basso, Marino Delgado e Frans Borg - **Delegados - Titulares:** José Roberto Ricken e Luiz Roberto Baggio - **Suplente:** Marino Delgado - **Superintendente:** Nelson Costa

### EXPEDIENTE

**Revista Paraná Cooperativo:** Assessoria de Imprensa do Sistema Ocepar/Sescoop/PR - **Editor Responsável:** Samuel Zanello Milléo Filho (DRT/PR 3041) - **Edição e Redação:** Ricardo Rossi, Marli Vieira, Lucia Massae Suzukawa e Silvio Oricolli - **Design Gráfico:** Stella Soliman Tonatto - **Conselho Editorial:** José Roberto Ricken, Nelson Costa, Robson Mafioletti, Flávio Turra, Leonardo Boesche, Samuel Zanello Milléo Filho, Maria Emilia Pereira Lima - **Foto capa:** Graf Digital - **Diagramação:** Celso Arimatéia - **CTP e Impressão:** Gráfica Radial Ltda - **Licitação/Pregão:** 01/2015 - **Redação:** Av. Cândido de Abreu, 501, CEP 80530-000, Centro Cívico, Curitiba - Paraná - **Telefone:** (41) 3200-1100 / (41) 3200-1109 - **Endereço Eletrônico:** jornalismo@sistemaocepar.coop.br - **Página na Internet:** www.paranacooperativo.coop.br - As matérias desta publicação podem ser reproduzidas, desde que citada a fonte.

Com o presidente do IBGE,

**Roberto Olinto**

# Um retrato da agropecuária brasileira

por Samuel Zanello Milléo Filho e Ricardo Rossi

Para o novo presidente do IBGE, censo agropecuário vai fornecer informações detalhadas que nortearão políticas públicas. Olinto descarta ingerência política no instituto e fala sobre os desafios de sua gestão

Roberto Olinto assumiu, em 1º de junho, a Presidência do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e logo teve que tomar frente nas atividades em andamento na instituição, entre elas o Censo Agropecuário 2017. A pesquisa exige uma operação logística de grande proporção, envolvendo milhares de recenseadores e pessoal de apoio, cobrindo todo o território nacional. Profissional de carreira, com 37 anos de trabalho no IBGE, Olinto se diz preparado e confortável no cargo. “O IBGE é um mundo, temos desafios permanentes”, afirma, citando o censo agropecuário como uma das ações prioritárias nesse ano. “A pesquisa vai retratar a agricultura brasileira, desde o agricultor familiar até o agronegócio, alcançando a todos os produtores do país”. Confira a seguir a entrevista exclusiva que o dirigente concedeu à *Revista Paraná Cooperativo*.

## Qual sua trajetória na instituição?

Sou funcionário de carreira do IBGE e é motivo de orgulho estar terminando minha trajetória no instituto como presidente. Depois de exercer o cargo, me aposentarei. Entrei no IBGE em 1980 e pensava, na época, que ficaria por uns cinco anos e partiria para outras aventuras. Já são 37 anos de trabalho no instituto. Sou engenheiro de sistema, com formação em métodos matemáticos, mas acabei me voltando para a área de análises econômicas. No IBGE, fui gerente de projetos, coordenador de contas nacionais e por três anos

exerci o cargo de diretor de pesquisa, e agora assumi a Presidência.

## Quais os principais desafios de sua gestão?

O IBGE é um mundo, temos desafios permanentes. Atualmente temos duas grandes operações a serem realizadas: o censo agropecuário e a pesquisa de orçamento familiar, que é também periódica, sobre o consumo das famílias – que inclui alimentos, serviços, bens, além da renda familiar – e vamos levar um ano para concluí-la. Quanto ao censo agropecuário, é uma ação mais profunda que ocorre no Brasil inteiro e que vai demorar cinco meses. Os principais desafios do IBGE são os de readequação e modernização do próprio instituto, uma atenção com o quadro de funcionários e o plano de carreiras. Não é que o instituto não seja moderno, mas temos que nos atualizar de forma constante, e hoje, com todas as novas tecnologias, o IBGE precisa estar muito atento. Tem que usar outras fontes de dados e o Brasil precisa ter um sistema nacional de informações, ordenado e coordenado, pois ainda há muita produção esparsa. É necessário organizar essas informações, juntar e integrar.

## Como é formado o quadro de funcionários do IBGE?

O IBGE tem hoje aproximadamente 5 mil servidores do quadro permanente e outros 5 mil temporários. Esse quadro tem que ser reavaliado e pensado, considerando os novos desafios. No passado, há 30 anos, o

IBGE aplicava questionários de papel e havia pessoas que faziam críticas a eles analisando-os um a um e fazendo contas com máquina de calcular. Hoje, com a coleta por tablets e smartphones, contamos com grande quantidade de informação disponível na rede e temos que pensar em maneiras de adaptar esses dados para uso estatístico. Há uma mudança de perfil do quadro de funcionários e a gente tem que pensar nisso.

### **Houve corte de recursos para o censo agropecuário. Como isso afeta a pesquisa?**

A primeira característica desse censo agropecuário é que foi uma luta conseguir orçamento, que não é o que desejávamos. O que foi feito? Houve uma adequação do nosso projeto inicial ao novo orçamento e o impacto foi a redução do questionário básico, para otimizar o tempo de coleta. Ou seja, alguns detalhes da pesquisa foram reduzidos para se adequar ao novo orçamento, mas a essência do questionário foi preservada. Prevaleceu a mesma lógica, o mesmo objetivo, que é retratar a agricultura brasileira desde o agricultor familiar até o agronegócio, alcançando a todos os produtores com os questionários, registrando as informações conforme planejado, de forma que tenhamos uma visão não só de produção, mas do que é consumido, como é que se configura o processo de produção, as pessoas que estão trabalhando, o gênero dessas pessoas, o maior detalhe possível e, principalmente, a ideia de que com o censo vamos ter informação por municípios, o que nem sempre é fácil de se obter. O censo é uma operação que vai nos permitir chegar ao detalhe, seja geográfico ou de informação, mas também formando um grande cadastro de estabelecimentos que nos permitirá, no futuro, fazer pesquisa por amostragem. É um projeto novo do IBGE,

“

O censo é uma grande operação que vai nos permitir chegar ao detalhe, formando também um cadastro de estabelecimentos que nos permitirá, no futuro, fazer pesquisa por amostragem”

que é fazer pesquisas agropecuárias por amostragem. Esse tipo de pesquisa é uma tendência no mundo, está se estudando isso, a FAO (Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura) apoia esse projeto e está dando suporte metodológico a essa discussão. Esse é o caminho que a gente vai seguir. O censo não se esgota por si só, mas faz parte também de um projeto de estatísticas futuras sobre a agropecuária brasileira.

### **Que importância tem o censo agropecuário para o país?**

A partir do momento em que temos um mapeamento do país, quem faz política pública, seja governo federal, estadual ou municipal, pode tomar decisões mais bem orientadas em cima de fatos. Por outro lado, pesquisadores vão ter informações para realizar estudos mais profundos, avançando e propondo novas ideias. Todos que trabalham com agropecuária se valem das informações do censo, seja fazendo política pública, seja estudando, sejam as associações específicas, que têm que ter uma ideia melhor de como está sua distribuição regional, e também a área de estatísticas econômicas, com a atualização de alguns indicadores econômicos. Os resultados do censo vão permitir que avancemos no sistema de produção de pesquisas por amostragem.

>>



Foto: Ricardo Rossi/Assessoria Sistema Oeppar



“ A partir do momento em que temos um mapeamento do país, quem faz política pública, seja governo federal, estadual ou municipal, pode tomar decisões mais bem orientadas em cima de fatos ”

### Quando começam as coletas e como o IBGE organiza a logística para o censo?

A coleta de informações, com as visitas às propriedades rurais, começa em 1º de outubro e a previsão de término dessa fase é fevereiro de 2018. À medida que os municípios forem terminando a coleta, as informações preliminares vão sendo disponibilizadas. A expectativa é ter, até meados do ano que vem, todos os dados preliminares concluídos. Temos uma rede do IBGE, com as unidades estaduais, que é complementada com os comitês municipais. Existe uma capilaridade, onde há pessoas do quadro do IBGE trabalhando e pessoas contratadas, seja como recenseador, no apoio, na área de informática, por exemplo, que vão trabalhar dentro dessa rede. O fato da coleta ser digitalizada facilita o processo e agiliza muito o tempo para a divulgação da informação, o que é um grande ganho. Os resultados preliminares vão ser disponibilizados muito rapidamente. Em qualquer operação estatística, a expectativa para a divulgação dos resultados é muito grande. Um dos padrões de qualidade em estatística é ter os dados com qualidade e divulgá-los com agilidade. A operação logística do censo agropecuário é também um preparativo para outra grande ação que teremos na sequência, que é o censo demográfico 2020.

### De que forma as associações e entidades de representação e cooperativas podem contribuir com o censo?

O apoio é importante e fundamental para a divulgação do censo, para que os produtores saibam que um profissional do IBGE vai bater em sua porta, e que todos sejam informados do que se trata e a importância dessa pesquisa. As pessoas precisam estar cientes de que o recenseador fará perguntas buscando o

maior detalhe possível, pois isso é importante para a qualidade do censo. Os recenseadores estarão devidamente identificados e haverá um número telefônico para o qual o produtor, em caso de dúvidas, poderá ligar e se certificar sobre o profissional que o visitará.

### O último censo agropecuário foi em 2017. Qual o tempo ideal de intervalo para realizar essa pesquisa?

Uma década é muito tempo. O ideal seria a cada cinco anos. Com o nosso projeto de pesquisa por amostragem talvez haja uma mudança nessa periodicidade. Mas ainda não sabemos. Sempre tentamos trabalhar com períodos mais curtos. O IBGE quer fazer a pesquisa (a cada cinco anos), mas dependemos do orçamento. A informação do censo é completa e exaustiva, cobrindo todas as propriedades rurais do país.

### Na gestão passada, houve controvérsia sobre supostas pressões políticas no IBGE?

Essa questão é absurdamente tola, porque o IBGE é grande e organizado. O corpo técnico do instituto é extremamente consciente do que faz, a maioria tem muitos anos de casa e muito orgulho e responsabilidade com a ideia de que são do IBGE os números mais confiáveis do Brasil. Houve um conjunto de comentários mais intensos (sobre ingerência política) porque houve uma revisão da pesquisa mensal de comércio, que estava dentro dos planos. Também se falou sobre o censo agropecuário, de que a agricultura familiar ficaria de fora. Pela própria definição de censo, que é uma pesquisa que engloba todo mundo, tal comentário é uma tolice. Mas penso que essa controvérsia é uma consequência das convulsões políticas brasileiras momentâneas. Divulguei, durante 20 anos, os indicadores do Produto Interno Bruto (PIB) e nunca houve nenhuma pressão para mexer ou mudar pesquisas. Sempre há muito pedido de explicação, o que faz parte do trabalho e é nossa obrigação. Comentários de que a metodologia ou cálculo estão certos ou errados sempre aconteceram, e sempre respondemos. Mas dizer que houve pressão política, que alguém ligou para mexer ou mudar pesquisa, isso é uma tolice completa. Reitero que a equipe técnica do IBGE é extremamente responsável e consciente. Trabalhamos seguindo os princípios fundamentais de estatística, com código de ética, e existe um protocolo permanente de atuação. Na página da internet do instituto há um sítio chamada Erramos, na qual os problemas ou necessidades de mudança estão lá discriminados. Temos um protocolo interno para tipificação de erro e controle de qualidade. Não há nenhuma possibilidade de manipulação de dados para agradar ao governo. ■

Quando você não puder estar na Uniprime, a Uniprime pode estar com você.

CHEGOU O **APP UNIPRIME**. A SUA COOPERATIVA AGORA CABE NO SEU BOLSO.



O app Uniprime é o novo aplicativo da sua Uniprime para que você ganhe muito mais praticidade e segurança no seu dia a dia.

Com ele é possível fazer quase tudo:



- Consultar extratos
- Inclusão e consultas de lançamentos futuros
- Posição financeira consolidada
- Reimpressão de comprovantes
- Efetuar TEDs e DOCs
- Transferências entre Cooperativas/Cooperados
- Pagamentos com leitura automática do código de barras
- Consultas de aplicações e operações de crédito
- Localizar a Uniprime mais próxima de você

A única coisa que ainda não dá para fazer é tomar um cafezinho. Para isso, continuamos de braços abertos esperando por você.

QUANTO MAIS  
VOCÊ VIVE  
A UNIPRIME,  
MAIOR O SEU  
RETORNO.



Utilize todas essas vantagens e baixe o app agora mesmo. Disponível para sistemas Android e iOS.

 **Uniprime**

Sede Cascavel | 45 3333 2900  
 Agência Mato Grosso Cascavel | 45 3220 3600  
 Agência Green Cascavel | 45 3220 3300  
 Agência Foz Foz do Iguaçu | 45 3521 2200

[uniprimeoestepr.com.br](http://uniprimeoestepr.com.br)



da Redação

# Novas regras restringem prorrogações

“Assim como a sanidade, a logística é fundamental para sustentar a participação do setor produtivo nos mercados nacional e internacional. Mas para o Brasil evoluir nessa questão, a sociedade organizada tem que pensar estrategicamente, superando discussões de interesses locais ou setoriais que impedem os avanços necessários. A nova lei pode ser o início disso. É hora de pensarmos no futuro.” Essa é a opinião do presidente do Sistema Ocepar, José Roberto Ricken, em relação à lei 13.448/2017, sancionada pelo presidente Michel Temer no início de junho.

Decorrente da MP das Concessões (MP 752/2016), a nova lei estabelece regras para a prorrogação no fim do contrato ou de forma antecipada dos contratos de concessões públicas federais de rodovias, ferrovias e aeroportos. Também foi criada a relicitação, aplicável em casos de inadimplência contratual ou quando as concessionárias se mostrem incapazes de cumprir com as obrigações contratuais ou financeiras assumidas originalmente.

Válida para os empreendimentos do Programa de Parcerias de Investimentos (PPI), a matéria impõe duas premissas básicas: que a possibilidade de prorrogação, tanto contratual quanto antecipada, conste no edital de licitação e no contrato original, e que 80% das obras pactuadas no contrato tenham sido executadas.

O objetivo da lei, segundo o deputado Sérgio Souza (PMDB/PR), relator da MP 752 na Câmara federal, é modernizar os contratos e, com isso, destravar investimentos e reduzir o preço das tarifas de pedágio. “Essa lei é nacional, mas foi pensada muito no Paraná,





onde há uma forte discussão em torno do pedido de prorrogação antecipada dos contratos de rodovias. Desde o início, as concessões firmadas no estado se mostraram muito onerosas para os usuários, a ponto de inviabilizar a atividade produtiva em muitas regiões. Temos um monopólio ferroviário e um Anel de Integração rodoviário que, na verdade, transformou-se num anel de engessamento de investimentos industriais e num grande indutor de elevação no custo de produção, principalmente do agronegócio”, esclarece.

O Paraná foi pioneiro na concessão de rodovias no país e amargou o custo de um modelo hoje considerado ultrapassado. Ao longo dos anos, se acumularam ações judiciais de ambos os lados (estado e concessionárias). Também houve ações de entidades que representam os usuários, a exemplo do Sindicato e Organização das Cooperativas do Paraná (Ocepar) e da Federação da Agricultura do Paraná (Faep), que questionaram judicialmente vários pontos do contrato. No entanto, o Tribunal Regional Federal da 4ª Região (TRF4) acabou arquivando o processo sem julgar o mérito.

Os principais focos das discussões são obras não concluídas ou postergadas e o valor cobrado dos usuários nas praças de pedágio, considerado alto se comparado a rodovias que apresentam melhores condições de trafegabilidade e pista dupla. Por aqui, os usuários chegam a pagar R\$ 21,00 de tarifa para trafegar em pista simples, como é o caso da praça de Jataizinho, no norte do estado, enquanto na Rodovia Castelo Branco, em São Paulo, em que a maioria do trajeto possui quatro faixas em cada sentido, o preço do pedágio varia de R\$ 4,00 (Osasco e Barueri) a R\$ 12,30 (Itatinga). Outro exemplo é o da Via Dutra (São Paulo – Rio de Janeiro) onde o preço varia de R\$ 3,10 a R\$ 12,70 por praça.

Mesmo enfrentando críticas, as concessionárias de rodovias vinham pleiteando a prorrogação dos contratos. “Mas a nova lei engessa toda e qualquer tentativa de prorrogação. Pode-se até tentar criar algum mecanismo, como impetrar uma ação alegando inconstitucionalidade, mas a Lei 13.448 é constitucional. Então, dificilmente a ação passará e, no caso de se criar uma outra lei, processo que não é nada rápido, estaremos aqui para fiscalizar isso”, frisa Souza.

O parlamentar acredita que a polêmica em torno da prorrogação dos atuais contratos de concessão de ro-

## Tramitação

A Lei 13.448/2017 é originária da chamada MP das Concessões (nº 752, de 24 de novembro de 2016), que, na Câmara Federal, teve como relator o deputado Sérgio Souza. Para ampliar a discussão em torno do assunto, o parlamentar realizou quatro audiências públicas e um fórum no Paraná. A OCB, juntamente com a Ocepar, apresentou seis emendas – das 90 protocoladas – subscritas pelo deputado Osmar Serraglio. As emendas tiveram como escopo clarear alguns artigos da MP, para assegurar maior participação dos usuários e, por exemplo, garantir o direito de passagem nas ferrovias.

Após análise e aprovação na Câmara, a MP das Concessões seguiu para o Senado sob a forma do projeto de lei de conversão (PLV 3/2017). Tendo como relator o senador Eduardo Amorim, o PLV foi aprovado em 3 de maio sem alterações. No dia 5 de junho, o presidente Michel Temer sancionou o PLV, com quatro vetos, sem alterar a essência da proposta, e, no dia seguinte, o texto foi publicado no Diário Oficial da União sob a forma de Lei nº 13.448/2017.



Foto: Assessoria Parlamentar

O deputado Sérgio Souza foi o relator da MP 752, convertida na Lei 13.448

dovias no Paraná está encerrada, por conta dos dispositivos contidos no Artigo 4º, incisos I e II, que estabelecem que a possibilidade de alteração no prazo de vigência do contrato de parceria deve ser “expressamente admitida no respectivo edital ou no instrumento contratual original”. “No Paraná, nenhum dos contratos firmados com as seis concessionárias que >>

## Lei 13.448, sancionada em junho, estabelece normas para as concessões rodoviárias, ferroviárias e aeroportuárias



Foto: Agência de Notícias do Paraná

No Paraná, são seis lotes de rodovias pedagiadas. Contratos com as concessionárias se encerram em 2021. Expectativa é que um novo leilão reduza os preços dos pedágios

administram o Anel de Integração contêm essa cláusula, portanto, as empresas estão proibidas de pleitear a renovação. E houve o cuidado de incluir no texto a palavra ‘expressamente’ que é para não restar dúvidas”, pontua.

Outro exemplo de que as regras para contratos de concessão ficaram mais duras está no artigo 6º, que amarra a prorrogação antecipada à inclusão de investimentos não previstos no instrumento contratual vigente, no artigo 17, que determina que os pedidos de prorrogações deverão ser submetidos previamente à consulta pública, e no artigo 19, que estabelece que, encerrada à consulta pública, deve-se encaminhar ao Tribunal de Contas da União para a análise dos documentos que comprovem o cumprimento das exigências. “Além disso temos no estado a Lei Complementar nº 198 determinando que qualquer prorrogação dos contratos de concessão terá que obrigatoriamente ser aprovada pela Assembleia Legislativa do Paraná, o que amplia ainda mais o debate e a garantia de que os novos acordos serão benéficos para a sociedade”, comenta o superintendente da Fecoopar, Nelson Costa.

De acordo com Costa, a espec-

tativa é que com o fim do prazo das concessões de rodovias no estado, em 2021, um novo processo licitatório seja feito. “Espera-se que os contratos de exploração que dificultam o desenvolvimento do interior do estado não sejam renovados. Uma nova licitação deve ser feita com dispositivos que garantam tarifas mais coerentes para os usuários e deem maior segurança jurídica para os investidores, viabilizando novos aportes de recursos e contribuindo para agilizar o processo de modernização da infraestrutura do país”, afirma.

### Inovações

A relicitação é uma das inovações da Lei 13.448. Válida para rodovias, ferrovias e aeroportos, a matéria estabelece a extinção amigável do contrato de parceria entre o poder público e a concessionária, seguida da abertura de um novo processo licitatório. O objetivo do governo é resolver situações como da BR 153 – um trecho de 624,8 quilômetros entre Anápolis (GO) e Aliança do Tocantins (TO) -, em que a empresa vencedora da licitação, em 2014, não conseguiu sequer erguer as praças de pedágio e muito menos iniciar as obras de duplicação, orçadas em R\$ 4,32

bilhões. Pelas novas regras, a empresa em dificuldades entrega a concessão, ficando impedida de continuar à frente do serviço e participar da nova licitação.

Para as ferrovias, a novidade fica por conta do artigo 9º - inciso III -, que ampliou a possibilidade de compartilhamento da malha ferroviária, ao desvincular o direito de passagem para operadores independentes à capacidade ociosa do trecho. Esse dispositivo passa a valer se as concessionárias - no caso do Paraná é a Rumo Logística -, que administram a malha ferroviária, solicitarem a prorrogação antecipada ou quando encerrar o contrato de concessão. “A grande diferença em relação à legislação anterior é que antes a ferrovia só cedia o direito de passagem mediante disponibilidade de capacidade ociosa. Mas na prática não havia essa disponibilidade e, com isso, a concessionária mantinha o monopólio. A Agência Nacional de Transporte Terrestre (ANTT) é que vai definir o nível de investimento e o percentual de direito de passagem para cada malha, mas sempre com a garantia de que haverá o direito de passagem, mesmo que a malha esteja ocupada”, afirma o consultor do Conselho Temático

Foto: Arquivo Ferroeste



Garantia de direito de passagem é uma das novidades da lei





de Infraestrutura da Federação das Indústrias do Paraná (Fiep), João Arthur Mohr.

Para o consultor, o Artigo 9º é um dos principais destaques da nova lei, tendo em vista que o Brasil precisa reduzir o custo logístico e, para isso, necessita de investimentos. “Com a prorrogação antecipada das ferrovias, a ANTT abre os trilhos para o compartilhamento e fixa um caderno de obras que pode mais que triplicar o volume de transporte ferroviário. Também coloca gatilhos futuros de obras, ou seja, ao atingir um valor elevado de obras realizadas, novos projetos devem ser iniciados”, explica.

Segundo Mohr, isso vai inibir que o monopólio existente pratique preços muito acima do mercado. “Se fizer isso, a administradora da concessão corre o risco de ter concorrentes, por isso espera-se que trabalhem com preços mais baixos dos praticados atualmente”, afirma.

Mas a entrada de operadores independentes não deve acontecer no curto prazo. “Isso deve levar de dois a três anos, pois se outra empresa decidir usar o seu direito de passagem, terá que cumprir os trâmites legais, comprar locomotivas e adequar o sistema de comunicação ao da concessionária Rumo, que é a operadora da malha paranaense, processo esse que deve levar de dois a três anos”, conta.

O primeiro caso prático de compartilhamento dentro na nova legislação é o da Malha Paulista, que liga o extremo oeste de São Paulo até o Porto de Santos. “Nesta malha está conectada a Ferrovia Norte-Sul, que liga Tocantins a São Paulo. A ANTT está definindo qual a reserva que a Norte-Sul poderá usar da Malha Paulista e irá colocar essa exigência no contrato com a Rumo, detentora da concessão”, conta. ■

## Destaques da nova lei



Para rodovias e ferrovias, a prorrogação contratual e a prorrogação antecipada só poderão ser feitas se constarem expressamente no edital ou no instrumento contratual original.



Para prorrogação antecipada de rodovias também será exigido o cumprimento de, no mínimo, 80% das obras obrigatórias estabelecidas no contrato.



Para as ferrovias, o artigo 6º estabelece que a prorrogação antecipada estará condicionada ainda à prestação de serviço adequado, entendendo-se como tal o cumprimento, no período antecedente de 5 (cinco) anos, contado da data da proposta de antecipação da prorrogação, das metas de produção e de segurança definidas no contrato, por 3 (três) anos, ou das metas de segurança definidas no contrato, por 4 (quatro) anos.



Na relicitação, os atuais concessionários não poderão continuar à frente do serviço nem participar da nova licitação para escolha da outra empresa.



O Artigo 9º, inciso III, garante o direito de passagem de tráfego mútuo e de exploração por operador ferroviário independente.



Ainda no setor ferroviário, o concessionário poderá construir novos trechos ou ramais para atender polos geradores de cargas.



Será obrigatória a consulta pública e, após seu encerramento, os documentos deverão ser encaminhados para exame do Tribunal de Contas da União.



Empresas estrangeiras podem participar dos leilões das novas concessões sem a participação de capital nacional.



# Paraná tem um dos pedágios mais caros do Brasil

Para percorrer 90 quilômetros na BR 277, trecho Curitiba-Paranaguá, principal via de acesso ao Porto de Paranaguá, o usuário de veículo leve paga R\$ 18,70 de tarifa, valor bem acima do praticado em rodovias em condições semelhantes de trafegabilidade. Um exemplo é a BR-376, entre o Paraná e Santa Catarina, em que a tarifa para veículos leves é de R\$ 2,60 por praça, sendo que a distância entre uma e outra é de cerca de 50 quilômetros. Isto significa que o usuário paga R\$ 5,20 para percorrer uma distância de 100 quilômetros.

Cabe destacar ainda a diferen-

ça entre o custo do pedágio para percorrer 100 quilômetros no Paraná, em média de R\$ 13,14, e o valor pago em outros estados, em especial, em trechos concessionados no Centro-Oeste e Minas Gerais, como na BR 163 em que o pedágio custa R\$ 5,13 no Mato Grosso e R\$ 6,54 no Mato Grosso do Sul, ou na BR 040 onde a tarifa é de R\$ 5,64 nas praças de Goiás, Distrito Federal e Minas Gerais.

Um dos fatores que influenciam na composição das tarifas é a Taxa Interna de Retorno (TIR). As licitações para concessões no Paraná ocorreram na segunda metade da

década de 1990, são os chamados contratos da 1ª geração. Naquele período, o Brasil vivia outra realidade econômica, com taxa básica de juros e risco-país bem mais altos, portanto, embutiu-se uma TIR muito alta. “Em duas décadas o cenário econômico mudou, além disso houve uma evolução na economia paranaense, com grande expansão produtiva na agropecuária, principalmente em grãos e na avicultura”, observa o consultor de logística e infraestrutura, Luiz Antonio Fayet.

Mas esta mudança positiva não levou a uma readequação da TIR.

Para percorrer 100 quilômetros no Paraná, custa em média R\$ 13,14, enquanto em outros estados, em especial, o Centro Oeste e Minas Gerais na BR 163, custa R\$ 5,13



Foto: Ricardo Rossi/Sistema Ocepar



## Concessões de rodovias no Paraná

O Estado do Paraná possui 2.505,2 quilômetros de rodovias federais sob concessão do estado, divididas em seis lotes, e também três trechos sob concessão federal, totalizando 311,2 quilômetros. A modalidade de leilão das rodovias concedidas para o Estado foi de preço fixo e com cronograma de investimentos. Venceu a licitação quem ofereceu maior quilometragem de conservação de rodovias marginais. Um exemplo é o lote Curitiba – Paranaguá, no qual a administradora tem como obrigação contratual a manutenção do trecho BR 277-Matinhos e BR 277- Morretes – Antonina. Já a modalidade adotada no leilão federal foi a de menor preço e cronograma de investimentos.

Os contratos de concessão foram assinados em novembro de 1997, com prazo de vigência de 24 anos, ou seja, terminam em novembro de 2021. Ao longo dos anos, ocorreram alterações contratuais mediante assinatura de “termos aditivos”, com o objetivo de se buscar o “equilíbrio econômico-financeiro dos contratos”. Por meio desses instrumentos, o estado e as concessionárias adequaram as receitas ao cronograma de investimentos e custos de manutenção e operacionais, de forma que, ao final do contrato, os valores dos investimentos e custos sejam iguais às receitas, evitando passivos para ambos os lados.

Ocorreram ainda alterações no cronograma de investimentos (inclusão e/ou exclusão, antecipação e/ou postergação de obras). Foram alteradas algumas obras de melhoria e ampliação de capacidade, tais como: duplicações, terceiras-faixas, interseções, contornos, marginais, passarelas, etc.

Outro ponto que tem gerado discussões é a contagem do tráfego. Na assinatura dos contratos, o estado estabeleceu uma estimativa de crescimento no fluxo de veículos. O risco de tráfego cabe à concessionária, portanto, se o fluxo foi maior ou menor no período, não deveria impactar no valor da tarifa. Sobretudo, o controle é fundamental para dar transparência para a sociedade sobre o uso e a cobrança do serviço, mas, até o momento, não foi implantada uma sistemática oficial de controle de tráfego.

Ao contrário, houve majoração, acordada em sucessivos “termos aditivos”. Tome-se por exemplo o lote 3 (Ecocataratas), em que a TIR do contrato original era de 16,43%, mas passou para 20,15%, índices superiores a taxa pactuada nos contratos de concessão da 2ª e 3ª gerações, firmados em 2007-2008 e 2013, que variaram de 8% a 10%.

### Pagamento em escala

A alta carga tributária também é motivo de questionamentos, não apenas por impactar na composição das tarifas, mas porque o cidadão acaba pagando impostos mais

de uma vez pelo mesmo serviço. Este pagamento em escala se inicia quando o cidadão é obrigado a pagar por serviços de infraestrutura que seriam de responsabilidade do poder público. E o Estado, ao terceirizar esse serviço, acaba por onerar novamente o contribuinte com a cobrança do pedágio.

Não bastasse isso, ainda cobra impostos sobre as receitas das concessionárias, encarecendo o valor pago pelos usuários. Em 2016, por exemplo, a receita total das seis concessionárias que administram o Anel de Integração no Paraná foi de R\$ 2,08 bilhões,

sendo que 19,64% desse montante, ou seja, R\$ 408,1 milhões foram pagos em impostos e contribuições. “Pago impostos para ter o direito de ir e vir; o governo arrecada e não faz o que deveria fazer e repassa as rodovias à iniciativa privada, que passa a cobrar tarifas de pedágio; o governo então, tributa o pedágio. Resumindo, temos uma múltipla cobrança de tributos (uma politributação) e isso é criminoso ao contribuinte”, frisa Fayet.

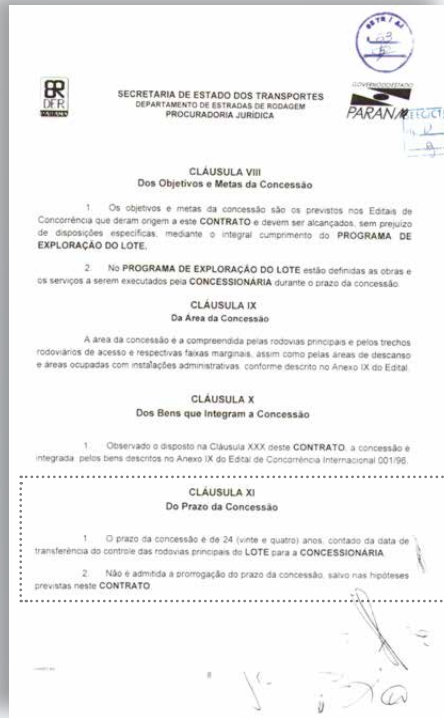
### Defeitos estruturais

Na opinião do consultor, as primeiras licitações, em especial no >>

setor rodoviário, possuem defeitos estruturais. “As tarifas são muito elevadas, consumindo uma montanha de dinheiro dos usuários, recursos esses que deveriam permanecer nas cadeias produtivas. Além disso, muitas vias não estão duplicadas, o que é um absurdo num estado com tanta produção a ser escoada. Há trechos, como é o caso de Ponta Grossa a Paranaguá, que deveriam estar triplicados.”

No entendimento do economista, ao longo dos últimos anos houve uma evolução positiva nos modelos de concessão rodoviária, que deve pautar os futuros contratos. “No caso do Paraná, não tem remendo. Precisamos de novos conceitos, um projeto novo, a partir do zero, porque estamos com vias congestionadas e custos altos que afetam a competitividade do setor produtivo”, ressalta.

Entre as modelos formatados para diferentes tipos de concessões, Fayet cita o contrato por menor tarifa e o gatilho de inves-



Em todos os contratos assinados com as seis concessionárias que administram o Anel de Integração do Paraná, constam, na Cláusula XI, sobre o prazo de concessão:

**1. O prazo de concessão é de 24 (vinte e quatro) anos, contado da data de transferência do controle das rodovias principais do LOTE para a CONCESSIONÁRIA.**

**2. Não é admitida a prorrogação do prazo da concessão, salvo nas hipóteses previstas neste CONTRATO.**

timentos conforme o aumento do tráfego no trecho licitado, conceitos que foram, ao longo dos anos, debatidos no âmbito da Câmara Temática de Logística e Infraestrutura do Ministério da Agricultura. “Defendemos também um preço referencial nacional, um teto para as tarifas, evitando que o pedágio

se torne uma barreira competitiva, um obstáculo ao desenvolvimento regional”, afirma.

**Modernização dos contratos**

Para o superintendente da Fecoopar, Nelson Costa, uma nova licitação possibilitará que os contratos envolvendo o Anel de Integral sejam modernizados, com a redução de tarifas e a inclusão de dispositivos como o pagamento de outorga, uma espécie de aluguel dos trechos federais pago pelas concessionárias ao Poder Concedente. “A política do Governo Federal atualmente é deixar vencer os contratos de concessão rodoviária e fazer um novo leilão para modernizar”, conta, ao citar, como exemplo, o modelo de concessões de rodovias adotado por São Paulo e pela União nos leilões de aeroportos, em que tem ocorrido pagamento de outorga, com tarifas e investimentos pré-definidos.

“O pagamento de outorga tem provocado grande disputa nos leilões. O certame ocorre com trans-



Foto: Marilí Vieira/Assessoria Sistema Odepar

Tarifa na BR 277, entre Curitiba a Paranaguá, é de R\$ 18,70. E esse ainda não é o maior valor. Na praça de Jataizinho, no norte do estado, o usuário desembolsa R\$ 21,00 e ainda trafega em pista simples.



parência uma vez que é realizado em Bolsa de Valores, onde os interessados apresentam seus lances eletronicamente e vence o que apresentar o maior valor de outorga. Esse modelo tem se transformado numa fonte de receita para o estado e a União, uma forma de ressarcimento pelos valores investidos pelo Poder Público ao longo dos anos”, completa.

De acordo com Costa, na concessão dos seis lotes do Anel de Integração do Paraná, não ocorreu a modalidade de pagamento de outorga. O vencedor de cada lote foi aquele que ofereceu maior trecho de recuperação e manutenção de rodovias conectoras ao trecho concedido. “A estimativa que fazemos é que um leilão com cobrança de outorga para o Anel de Integração do Paraná, que possui 2.505,2 quilômetros de rodovias, poderá render para o Tesouro Estadual mais de R\$ 3 bilhões em outorga”, estima.

A base para essa conta vem da constatação do que aconteceu com os últimos leilões realizados pelo Governo de São Paulo, em que o fundo Pátria Infraestrutura venceu o leilão de rodovias Centro-Oeste Paulista, com oferta de R\$ 1,3 bilhão, por uma concessão por 30 anos de 574 quilômetros de rodovias, o que corresponde a R\$ 2,26 milhões por quilômetro. Outra rodovia leiloadada com pagamento de outorga foi a Rodovia dos Caçados, com 720 quilômetros, arrematada pela Arteris, que pagou R\$ 1,21 bilhão, o que equivale a R\$ 1,68 milhão por quilômetro, diga-se de passagem, que a atual concessionária dessa rodovia é a própria Arteris, que, além de pagar o valor de outorga, reduzirá o valor da tarifa de pedágio em 20%. ■

## Histórico

No **setor ferroviário** brasileiro, as concessões foram firmadas entre 1996 e 1998. A malha ferroviária da rede era formada por mais de 27 mil quilômetros, tendo sido subdividida em sete trechos, que foram leiloados por lotes. Um exemplo é a Malha Sul, abrangendo a estrutura ferroviária do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. O prazo de concessão foi de 30 anos, ou seja, os primeiros contratos vão vencer daqui a 10 anos. As concessionárias, nesses 20 anos, readequaram os trechos de acordo com a demanda por cargas, destravando inclusive vários trechos, quase metade da quilometragem concedida, consideradas por elas como antieconômico.

No **setor rodoviário**, houve três fases de concessões. A primeira ocorreu em meados da década de 1990; a segunda, de 2006 a 2008, e a terceira entre 2012 e 2013. Cada fase teve características próprias que hoje impactam nos contratos de concessão.

Na primeira fase, em que se enquadram os acordos de concessão do Paraná, os contratos chamados de 1ª geração foram realizados numa época em que a inflação era elevada, portanto, foram embutidas cláusulas de proteção para os investidores, a exemplo da pactuação de Taxas Internas de Retorno (TIRs), com índices próximos a 20% e obrigações de movimento nas vias orçadas com base em cenários prospectados que não se concretizaram ao longo do tempo. Como consequência, obras não foram realizadas e houve elevação dos preços do pedágio.

Na segunda fase, os leilões abrangeram rodovias que exigiam investimentos menores. Os vencedores seriam aqueles que oferecessem o menor preço. Esse modelo também se mostrou frágil, já que a receita com os pedágios não é suficiente para cobrir os custos. Em consequência, os investimentos estão atrasados.

Na terceira, o governo decidiu participar dos empreendimentos com recursos, porém, ocorreram atrasos na liberação do dinheiro público. Por conta disso, alguns consórcios vencedores tiveram problemas para obter os recursos, logo, as obras estão atrasadas ou sequer tiveram início, como é o caso da BR 158 (Goiás a Tocantins), cujo contrato está caminhando para a caducidade.

No **setor aeroviário**, o modelo adotado foi o de investimento definido e maior valor de outorga. No entanto, a redução do movimento dos aeroportos em decorrência da crise econômica, aliada à dificuldade de alguns consórcios em obter financiamentos, causaram problemas para as concessões, como é o caso do Aeroporto do Galeão, no Rio de Janeiro, que está trocando de mãos.



# Impacto no setor produtivo

Os valores praticados no Paraná pesam no bolso do usuário e impactam diretamente no custo de produção, diminuindo a rentabilidade dos negócios. Um estudo feito pelo Sistema Ocepar mostra isso. “Calculamos o valor efetivo pago em cada rota por um caminhão com cinco eixos, transportando 27 toneladas de produtos, envolvendo 27 praças de pedágio no Paraná”, conta o analista técnico

e econômico da Ocepar, Gilson Martins. Os cálculos realizados basearam-se em valores dos fretes e preços recebidos pelos produtores de milho e soja em junho de 2017.

Em algumas situações, o pedágio representa mais de 30% do custo do transporte, como é o caso de cargas vindas de Foz do Iguaçu, em que é pago R\$ 876,80 em tarifas até o Porto de Paranaguá. Mesmo em trechos mais curtos, como é o

caso do trajeto Ponta Grossa-Porto de Paranaguá, o impacto do pedágio é significativo, pois chega a representar 20,5% do preço do frete.

O estudo mostrou ainda que o pedágio de Maringá a Paranaguá equivale a 3,2% do preço recebido pelo produtor de soja e 7,7% para o milho. No trecho Maringá-Paranaguá, esse índice é de 1,9% para a soja e de 4,6% para o milho. Também nas praças mais próximas do porto, como Ponta Grossa, o impacto da tarifa é alto, respondendo por 0,9% para a soja e 2,3% para o milho.

O pedágio tem também impacto significativo no transporte de produtos utilizados na atividade agrícola, encarecendo o custo, principalmente, dos fertilizantes e do calcário. No caso deste último, para transportar uma carga de Almirante Tamandaré, na Região Metropolitana de Curitiba, para Cascavel ou Maringá, o agricultor paga, em média, R\$ 98,09 por tonelada do insumo posto na propriedade, sendo que 37% desse valor corresponde ao custo efetivo do insumo, o restante é frete e pedágio. Já nos fertilizantes, o pedágio representa 32% de uma carga transportada de Paranaguá para Cascavel, e 23% de Paranaguá para Maringá.

Os altos valores do pedágio no estado reduzem a competitividade da produção de grãos não somente do Paraná, mas de outros estados que usam o Porto de Paranaguá como canal de exportação. Nesse ponto, é importante destacar que os custos elevados de logística paranaense, incluindo o pedágio, já provocaram a fuga do Paraguai do terminal de Paranaguá, bem como de boa parte da exportação de soja e milho que vinha do centro-oeste brasileiro e que passou a usar o Porto de Santos.

## Quanto o pedágio representa no valor do frete por tonelada transportada

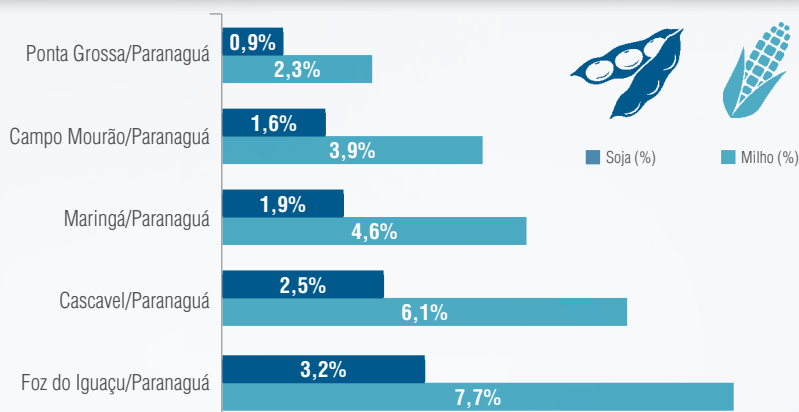
| Trecho                  | Pedágio total/viagem (R\$)* | Pedágio/tonelada (R\$/t) | Custo do frete (R\$/t)** | Proporção-Pedágio/Frete (%) |
|-------------------------|-----------------------------|--------------------------|--------------------------|-----------------------------|
| Foz do Iguaçu/Paranaguá | 876,80                      | 32,47                    | 93,00                    | 34,9%                       |
| Cascavel/Paranaguá      | 692,00                      | 25,63                    | 90,00                    | 28,5%                       |
| Maringá/Paranaguá       | 520,00                      | 19,26                    | 80,00                    | 24,0%                       |
| Campo Mourão/Paranaguá  | 444,80                      | 16,47                    | 85,00                    | 19,3%                       |
| Ponta Grossa/Paranaguá  | 257,60                      | 9,54                     | 50,00                    | 19,0%                       |

\* Considerou-se que 60% dos caminhões retornam do Porto de Paranaguá sem carga e 40% com frete de retorno.

\*\* Preço do frete sem o pedágio.

Fonte: Getec/Sistema Ocepar

## Impacto do pedágio sobre o preço recebido pelos produtores



Nota: considerou-se o valor de R\$ 60,00 para a saca de soja e de R\$ 25,00 por saca de 60 quilos de milho.

Fonte: Getec/Sistema Ocepar

# Obras não foram realizadas

Nem todas as obras previstas em contrato serão realizadas, a exemplo do que ocorreu com a BR 277, entre Cascavel e Foz do Iguaçu. No contrato original de 1997, havia previsão, em contrato, que a referida obra seria completada uma vez que tinha um trecho no sentido Foz – Cascavel já duplicado. No início da vigência do contrato, a concessionária duplicou o trecho até Medianeira, porém, em 2005, o governador da época, Roberto Requião, decidiu reduzir a tarifa do pedágio da Concessionária Ecocataratas em 30%, que durou por menos de um ano. Em troca, foi suprimida a duplicação completa de Cascavel a Foz do Iguaçu. Recentemente, já no governo Beto Richa, foi duplicado o trecho de Medianeira a Matelândia, o que gerou mais um ônus para os usuários, pois na tarifa

foram colocados degraus tarifários para pagar o investimento.

A duplicação do trecho Ponta Grossa a Apucarana é considerada como certa pelos usuários porque está prevista em contrato e, inclusive, tem sido reiterada pelo Governo do Estado. Todavia, o valor embutido no contrato para investimentos não será suficiente para concluir a duplicação, deixando fora da benfeitoria mais de 75 quilômetros.

Também está em contrato à construção do contorno norte de Londrina, de 29 quilômetros, em pista simples. Mas, atualmente, aquele trecho necessita de pista dupla. Em consequência, poderá haver negociação entre a concessionária e o governo estadual visando à troca por outro trecho, como ocorreu com o trecho entre

Campo Mourão e Mamborê previsto para ser duplicado. Esta intervenção, no entanto, foi cumprida em outro trecho, entre Maringá e Paranavaí.

Nestes e em outros casos, havia previsão contratual para duplicação ou realização de obras que foram suprimidas. Entretanto, além de se ter criado uma expectativa na população, houve pagamento de tarifa para realização dessas obras.

Também causa preocupação aos usuários o fato de que boa parte das obras previstas ficaram para o final do contrato, ou seja, para 2021. Nesse sentido, recomenda-se ficar alerta e cobrar do Poder Concedente a realização das obras previstas e que estão sendo pagas pelos usuários desde o início da concessão. ■

○ Não houve a duplicação completa da BR 277, conforme previa o contrato original com a concessionária

# Entrave ao desenvolvimento regional

Desde 1997, quando se iniciou o pedagiamento nas rodovias paranaenses, poucas indústrias se instalaram no interior do Paraná, a não ser aquelas que utilizam matérias-primas produzidas regionalmente, em especial, as cooperativas. Os empresários têm preferido instalar seus empreendimentos na Região Metropolitana de Curitiba até Ponta Grossa. Uma estratégia para reduzir o custo de logística no transporte e manter a competitividade da matéria-prima ou produtos acabados nos mercados interno e externo.

Na avaliação do deputado estadual Tercílio Turini (PPS), o modelo de concessões rodoviárias no Paraná dificulta o desenvolvimento das regiões norte, noroeste, oeste e sudoeste, mais distantes do Porto de Paranaguá. “Em condições normais, a distância do porto já é um fator de restrição às empresas, situação que se agrava com os altos preços das tarifas de pedágio e a falta de duplicação de pistas na maior parte dos trechos. Dessa forma, fica complicado atrair novos empreendimentos, o que faz com que a maioria dos investimentos no estado ocorra na Região Metropolitana de Curitiba e nos Campos Gerais”, avalia.

Turini lembra que a Lei Complementar nº 198, aprovada e sancionada em 2016, determina que qualquer proposta de prorrogação de contratos de concessão no estado deve ser aprovada pela Assembleia Legislativa do Paraná. “É mais uma dificuldade à tentativa de renovação dos atuais con-

Foto: Agência de Notícias do Paraná



tratos de pedágio. A sociedade precisa manter-se mobilizada. Por isso, estamos promovendo audiências públicas em vários municípios, para cobrar, juntamente com o DER (Departamento de Estradas e Rodagens), Ministério Público Federal e Estadual (MPF e MPE), que as obras previstas sejam realizadas pelas concessionárias. Após o fim dos contratos, em 2021, o Paraná precisa de uma nova licitação, a ser realizada dentro de um modelo moderno e justo. Tenho certeza que o preço das tarifas pode cair mais da metade em algumas praças de pedágio”, afirma.

Segundo o parlamentar, a questão dos pedágios é um assunto estratégico para o Paraná. “Esse

Pedágio alto encarece custo de produção e afasta investidores do interior do estado

é um tema que não pode ficar restrito a uma sala de negociações apenas entre governo e empresas concessionárias. É fundamental abrir a discussão de forma ampla e transparente com toda a sociedade em busca de contratos justos e que tragam vantagens aos paranaenses. Se não fizermos isso, arriscamos permanecer por mais 25 anos reclamando de prejuízos e distorções do modelo de pedágios do estado”, alerta. ■



# Setor produtivo não pode ser castigado, diz Dilvo Grolli

Para o presidente da Coopavel e diretor da Ocepar, Dilvo Grolli, a falta de experiência e de bons negociadores, na década de 1990, legou ao Paraná o pedágio mais caro do Brasil. “As empresas concessionárias têm um lucro exorbitante, enquanto os produtores rurais são os principais pagadores dessa conta. Um caminhão carregado com 600 sacas de soja, indo de Foz do Iguaçu até Paranaguá, deixa o equivalente a 12 sacas em pagamento de tarifas de pedágio”, afirma. O dirigente entende que o Paraná pagou um preço alto pelo pioneirismo nas concessões de rodovias. “Hoje, existem fórmulas mais equilibradas e transparentes, que podem ser referência para novos contratos, garantindo um lucro justo para as empresas, compatível com a realidade, mas sem castigar o setor produtivo da forma que ocorre com os pedágios atuais”, observa.

Grolli frisa que as concessões de rodovias e ferrovias são necessárias ao desenvolvimento da infraestrutura paranaense, desde que sejam seladas por meio de contratos equilibrados e com um custo/benefício adequado. Para o dirigente, a Lei 13.448 é mais um impeditivo que se soma à Lei Complementar 198, da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná (Alep), buscando dificultar qualquer “subterfúgio” e tentativa de prorrogação das concessões. “A realidade das concessionárias, seus custos e lucros, bem como investimentos em obras, precisa ser levada ao conhecimento de todos os paranaenses, para que a sociedade tenha uma visão ampla sobre os desequilíbrios dos atuais contratos. Cabe a nós, líderes cooperativistas, mostrar essa realidade, promovendo um debate transparente a respeito do futuro das concessões”, enfatiza.

O presidente da Coopavel entende que o posicionamento contra a prorrogação dos contratos de concessão rodoviárias é uma ação estratégica para o setor produtivo. “O objetivo é a defesa e proteção dos cooperados e produtores. Os atuais contratos são viciados e dão margem à lucratividade excessiva das empresas, em prejuízo ao interesse dos paranaenses, em especial dos trabalhadores da agropecuária”, afirma. De acordo com Grolli, representantes da cooperativa estão participando das



## Transporte fluvial é alternativa para reduzir custos

O Paraguai atualmente não utiliza o Porto de Paranaguá para exportar. Mas, até o final da década de 1990, aquele país tinha um terminal no porto paranaense para exportar toda a sua produção. O Porto de Paranaguá se tornou problemático até o início de 2010, com filas de caminhões, proibição de exportação de soja geneticamente modificada e o alto custo do pedágio – de Foz do Iguaçu a Paranaguá são oito praças de pedágio e o valor pago chega a R\$ 32,00 por tonelada transportada. Diante disso, o Paraguai desenvolveu um sistema próprio para exportação, via transporte fluvial, e hoje detém a 3ª maior frota de barcas do mundo. Com isso, suas exportações saem toda pelos rios e descem aos portos da Bacia do Prata.

As cooperativas que atuam no Mato Grosso do Sul, para fugir dos altos custos do pedágio, já veem como alternativa a possibilidade de transportarem a produção via barcas pelos rios do Paraguai, chegando até os portos argentinos.

Para estudar essa possibilidade, está sendo organizado uma missão técnica para o próximo mês de agosto, com o objetivo de visitar os sistemas portuários argentino e paraguaio, objetivando avaliar os custos de logística para levar a produção do Mato Grosso do Sul e Oeste do Paraná até a Argentina, via transporte fluvial.



## Nova política do governo federal para leilões de rodovias

No dia 18 de março de 2015, o Governo Federal fez o leilão da concessão da Ponte Rio-Niterói, que já era pedagiada e seu contrato estava vencendo. A vencedora foi uma nova concessionária, que administrará o trecho pelos próximos 30 anos. O preço de pedágio caiu de R\$ 5,20 para R\$ 3,28, 36,67% menor que o máximo fixado pelo governo.

Também, o Governo Federal resolveu colocar ponto final em torno de duas importantes concessões de rodovias, cujos contratos terminam em 2021. O conselho de ministros do Programa de Parcerias de Investimentos (PPI) decidiu, no início de março deste ano, que os contratos de concessão da Via Dutra e da Rodovia Rio-Juiz de Fora não serão prorrogados. As concessionárias queriam mais tempo à frente dessas concessões, em troca de obras adicionais. Na opinião do conselho de ministros, os contratos precisam ser modernizados e ter maior foco na prestação de serviços aos usuários, além de não haver cláusulas que permitam a prorrogação, de acordo com o que determina a nova legislação.



Foto: DNIT

Adiamento nas duplicações causaram prejuízos e mortes nas rodovias do Paraná

### O que dificulta a renovação antecipada das concessões de rodovias no Paraná



- 1 Os contratos originais assinados entre o Estado, a União e as Concessionárias em 1997 não admitem prorrogação, portanto, não atendem ao artigo 4º da nova lei de concessões (13.448/2017).
- 2 A Lei Complementar nº 198 do Paraná determina que para haver prorrogação de contrato é necessária aprovação da Assembleia Legislativa do Estado.
- 3 A maioria das rodovias que compõem o Anel de Integração são de propriedade da União, e estão delegadas para o Estado do Paraná, portanto, para qualquer prorrogação é necessário a renovação da delegação.
- 4 A política do Governo Federal é de deixar vencer os contratos de concessão rodoviária e fazer novo leilão, mesmo porque há pagamento de outorga e o governo levanta dinheiro.

audiências públicas sobre o pedágio promovidos pela Assembleia Legislativa em várias regiões do estado. “Essa iniciativa é importante, porque leva aos municípios conhecimentos e números sobre as concessões em todo o país, aumentando o entendimento dos cidadãos a respeito da necessidade de evitar a prorrogação”, relata.

Para Grolli, entre as razões que justificam a não prorrogação dos contratos estão a pouca transparência na realização dos aditivos contratuais e a falta de investimentos em duplicação, “que além de prejuízos financeiros, causaram a perda de centenas de vidas em acidentes”. “É uma responsabilidade da liderança do setor produtivo lutar para evitar a prorrogação, preservando vidas e garantindo mais condições de prosperidade e desenvolvimento, por meio de uma nova licitação, após o término dos atuais contratos, em 2021. Isso não é um sonho, é uma possibilidade real de garantirmos uma melhor infraestrutura para os próximos 20 anos”, conclui.



### As vantagens de um novo leilão

- 1 Em um novo leilão as tarifas de pedágio devem cair para menos de 50% do que é praticado atualmente.
- 2 O Estado do Paraná poderá receber mais de R\$ 3 bilhões em outorgas em um novo leilão.
- 3 Haverá duplicação de todo o Anel de Integração e rodovias conectoras ao Anel de Integração.
- 4 Poderá haver redução do número de lotes (hoje são seis) tornando-os economicamente atrativos, com isso, novos trechos poderão ser incluídos, a exemplo de Mauá-Londrina, Campo Mourão-Guarapuava, Paranaíba-Nova Londrina.
- 5 O alto valor do pedágio tem um impacto negativo no desenvolvimento regional. No interior do Paraná, hoje somente se instalam indústrias que tenham como fonte matérias-primas produzidas regionalmente, diferentemente do que ocorre em outros países onde há uma pulverização do desenvolvimento de forma harmônica. A expectativa é que com uma tarifa menor de pedágio, o interior do estado volte ser atrativo para novos investimentos.

Somar esforços para  
multiplicar resultados.  
É assim que o cooperativismo  
cresce e se fortalece.



Homenagem da C.Vale ao dia 01 de julho.  
Dia Internacional do Cooperativismo.





# Debate produtivo

Sistema Ocepar reúne dirigentes cooperativistas para discutir a cultura do milho, gestão e intercooperação

Lideranças cooperativistas de diversas regiões do estado estiveram nos Campos Gerais, dias 1º e 2 de junho, para prestigiar o Fórum dos Presidentes das Cooperativas do Paraná promovido pelo Sistema Ocepar. No primeiro dia, eles acompanharam os debates ocorridos no Fórum Mais Milho, no Memorial da Imigração Holandesa, em Castro. O evento foi uma iniciativa do Canal Rural, em parceria com a Associação Brasileira de Milho (Abramilho), cooperativas Castrolanda, Frísia e Capal, com apoio do Sistema Ocepar.

Houve a participação de autoridades, como o ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa), Blairo Maggi, e os secretários estaduais da Agricultura, Norberto Ortigara, e da Infraestrutura, José Richa Filho, que integraram painéis, divididos em três temas: “Como agregar valor ao milho”, “Uma política de longo prazo para o milho” e “Pós-colheita: da armazenagem à logística”.

Também estiveram entre os painelistas, o ex-ministro da Agricultura e presidente executivo da Abramilho, Alysso Paoli-

nelli, o diretor da Abramilho, Paulo Antônio Pusch Bertolini, o diretor-presidente da Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina (Appa), Luiz Henrique Dividino, e o presidente da Ferroeste, João Vicente Bresolin Araújo. Participaram ainda o diretor da Cargill, Laerte Moraes, e o gerente técnico e econômico da Ocepar, Flávio Turra.

## Etanol

O ministro da Agricultura defendeu que o Brasil comece a fabricar etanol em escala a partir do milho. “Precisamos buscar alterna-

tivas para essa cultura. No Centro-Oeste, grande produtor do grão do país, os produtores estão avaliando a possibilidade de ter um programa de etanol produzido com milho.”

Maggi lembrou que a safra brasileira de milho deve ser de 93 milhões de toneladas neste ano, segundo estimativa da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab). “É uma cultura que cresce no país, não só porque precisamos do produto, mas também porque a nossa agricultura necessita dela”, acrescentou, referindo-se ao cultivo em rotação de soja e milho. “Não há como fazer agricultura, principalmente no Centro-Oeste e no Paraná, sem o milho.”

No entanto, assinalou o ministro, o Brasil tem que buscar formas para potencializar o aproveitamento da produção de milho. “Não há onde vender o milho que está sobrando aqui. Então, temos que criar alternativa para usá-lo.” Como exemplo, citou os norte-americanos: “Os Estados Unidos se transformaram, em poucos anos, no maior produtor do etanol a partir do milho, fazendo frente ao Brasil, que fabrica o produto a partir de cana-de-açúcar.”

Para Maggi, os produtores de milho não devem ter medo de defender o seu uso para fabricar etanol. “Não vamos concorrer com alimentos de forma nenhuma. É uma riqueza que o Brasil tem e precisa estimular sua utilização.” De acordo com o ministro, já há usinas flex no Mato Grosso, que produzem etanol a partir de cana e de milho. “E em julho será inaugurada a primeira planta de fabricação de etanol apenas de milho, em Lucas do Rio Verde.”

## PIB

No Fórum Mais Milho, o ministro da Agricultura também destacou o peso do setor agropecuário

## Alegra

O ministro aproveitou a viagem à região para visitar a indústria da Alegra, em Castro, que processa carne de suínos, resultado de projeto de intercooperação das cooperativas Castrolanda, Frísia e Capal. “Fiquei alegre e impressionado com o que vi, não só pela forma de organização, na junção das cooperativas, mas pelo caráter de empreendedorismo e a determinação em realizar um investimento desse porte. É uma planta supermoderna, competitiva no Brasil e no mercado internacional. A indústria vai ampliar sua produção e isso é muito bom para o Paraná e o Brasil”, ressaltou.

Segundo Maggi, o Mapa vai ajudar as cooperativas na questão de autorização de vendas para a China e Rússia, dois grandes mercados de carne suína. Sobre o cenário político conturbado, Maggi afirmou que o Brasil vai superar esse momento e “a economia voltará a crescer, pois precisamos gerar todos os empregos que perdemos nos últimos anos. Milhões de pessoas esperam por uma oportunidade para voltar a trabalhar e levar à mesa o sustento de seus filhos”, concluiu. ■



Ministro da Agricultura, Blairo Maggi, disse que ficou impressionado com a indústria de carne suína das cooperativas dos Campos Gerais

na economia brasileira, ao comentar o avanço de 1% do Produto Interno Bruto (PIB), entre janeiro e março deste ano em comparação com o quarto trimestre de 2016, que havia sido divulgado no mesmo dia do evento.

Em relação ao PIB agropecuário, que registrou crescimento de 13,4% no primeiro trimestre deste ano em relação ao anterior, Maggi disse que o resultado é consequência da recuperação da produção perdida no ano passado, referindo-se à frustração de safra ocorrida devido a problemas climáticos. A agropecuária foi o principal destaque do crescimento do PIB no trimestre, tendo registrado a maior expansão em mais de 20 anos. Foi o mais elevado crescimento desde o 4º trimestre de 1996.

A safra recorde de grãos 2016/2017 ajudou a impulsionar o resultado. O clima contribuiu

para o aumento da produção. A Conab estima uma produção de 232 milhões de toneladas de grãos neste ciclo agrícola. “Foram mais de 30 milhões de toneladas de grãos que perdemos no ano passado por problemas de frustração de clima”, assinalou o ministro. “Quando você tem maior volume de mercadoria, há mais fretes, aumento do consumo de combustíveis e pneus, mais pessoas empregadas e maior procura por serviços.”

De acordo com Maggi, o bom desempenho da agropecuária tem reflexos em toda a economia. “Indiretamente, a agricultura impulsiona a economia porque tem um volume maior de produção. Até com preços menores do que no ano passado. Se tivéssemos mantido os mesmos preços do mercado internacional de 2016 com a produção que temos, talvez alcançássemos um crescimento em torno de 17%”. ■

# Gestão e intercooperação

O segundo dia do Fórum dos Presidentes das Cooperativas do Paraná foi dedicado à discussão sobre excelência em gestão e o modelo de intercooperação das cooperativas Frísia, Castrolanda e Capal. O evento ocorreu no auditório da Frísia, em Carambeí. A gerente técnica e econômica do Sistema OCB (Organização das Cooperativas Brasileiras), Clara Maffia, também esteve presente e destacou a relevância dos temas em debate.

“São assuntos importantes, tanto do ponto de vista técnico, como no caso da questão do milho, mas especialmente quanto ao aspecto de gestão, pois é um tema que engloba todos os ramos do cooperativismo, que tem um papel muito importante do ponto de vista de excelência na gestão, de apresentar um valor à sociedade. É algo intrínseco ao movimento, mas ter a oportunidade de fazer essa reflexão e entender cada vez mais nosso papel e nosso desafio no país, é muito relevante”, completou Clara.

O presidente da FNQ, **JAIRO MARTINS**, apresentou os conceitos relativos à excelência em gestão e sua aplicação na prática



Fotos: Samuel Milão Filho/Assessoria Sistema Ocepar



Presidentes da Frísia, Capal e Castrolanda forneceram detalhes sobre o trabalho conjunto que desenvolvem

## Excelência

Os conceitos relativos à Excelência em Gestão e como a sua prática pode ter reflexos positivos na produtividade e competitividade das organizações empresariais foram temas tratados pelo presidente executivo da Fundação Nacional da Qualidade (FNQ), Jairo Martins.

Ele falou sobre cenários, tendências, desafios e o que as empresas devem fazer para se sair bem no ambiente em que estão inseridas, principalmente, em momentos de dificuldades, como o que o Brasil enfrenta atualmente. “Temos hoje no país cenários bem disruptivos, incontroláveis. Então, para enfrentar essa situação, é preciso entender e praticar os fundamentos da excelência de gestão, porque isso possibilitará ter uma visão sistêmica da organização”, disse.

## Intercooperação

O modelo de intercooperação da Frísia, Capal e Castrolanda foi apresentado pelos presidentes das

três cooperativas, respectivamente Renato Greidanus, Erik Bosch e Frans Borg. “De forma conjunta, procuramos ampliar nossas ações e dar resultado para todos. Mas posso afirmar que ainda existe muita sinergia a ser buscada, não só aqui mas, também, em outras regiões. É importante cada vez mais promover este alinhamento e poder compartilhar a evolução desse processo com cada um de vocês é gratificante”, ressaltou Greidanus.

As três cooperativas atuam em conjunto em três segmentos. Por meio do projeto “Negócio Leite”, elas produzem lácteos com a marca Colônia Holandesa, além de realizar a prestação de serviços para grandes marcas nacionais. Também fabricam a farinha de trigo Herança Holandesa, em moinho próprio, com objetivo de atender as indústrias de massas, panificação e biscoitos. Na Unidade Industrial de Carnes, a carne suína é o carro-chefe. De lá, saem várias opções de cortes, embutidos, pratos prontos, entre outros itens. ■

Promoção

# Poupança Premiada

Olha só quem está  
poupando e ganhando.

## Já são dezenas de ganhadores

Alexandre Esquitini  
Almir Paulo Becchi  
Ana Darci Fabre Goulart  
Ananias de Almeida Mainardes  
Auto Alves Rodrigues  
Cidolina Henrique Borsa  
Cirlei Teresinha Griebeler  
Claudia Regina de Lima de Paula e Silva  
Clovis Euripedes de Souza  
Daiane Franca  
Dilson Maffini  
Edson Tomasi  
Ilto Paludo  
Irenarko Czeremeta  
Jackeline Maia dos Santos  
Jair Doring Foss  
Jandira Souza dos Santos  
João Simão Filho  
Jorge Alves Cordeiro Filho  
Jucelia Resner Wojcik  
Lucas Gabriel Cabral da Costa  
Manoel Coimbra de Oliveira  
Marcio Jose Schmidt  
Marcos Luiz Divensi Cogo  
Margarida Yuriko Daikohara Martins  
Maria Aparecida Gomes

Marli Rodrigues Pereira  
Neide De Albuquerque Rezende  
Nilton Batista Martins De Barros  
Oziel Aparecido Teixeira  
Raimundo Rachwal  
Rodrigo Bueno Ribeiro De Jesus  
Rogison Vinicius Catarino  
Supermercados Pereira e Pereira Boituva Ltda ME  
Welliston Frank Fidelis Teixeira dos Santos  
Anderson de Oliveira Perez  
Aparecido Santana Varjão  
Carlos Alberto Andre  
Cristina Yamamoto  
Demerci Bueno de Godoi Silveira  
Fernando Casagrande  
Geraldo Ferrareto  
Geronimo Telaska  
Joelma Alcino  
Juracy F Gatti  
Murillo Bento Alves  
Nimesio Alsidio Erthal  
Orlando Somenzari Junior  
Renato Alves Pereira  
Stella Maris Pedroni  
Teresinha Maria Vicari



**Você pode ser o próximo:  
deposite na poupança do Sicredi  
e concorra a prêmios em dinheiro.**

Consulte regulamento no site [quandoveganhou.com.br](http://quandoveganhou.com.br)

Título da modalidade incentivo emitido pela Icatu Capitalização S/A, CNPJ/MF nº 74.267.170/0001-73, Processo SUSEP nº15414.900830/2016-10. A aprovação deste título pela SUSEP não implica, por parte da Autarquia, incentivo ou recomendação à sua aquisição, representando, exclusivamente, sua adequação às normas em vigor. Serviço de Informação ao Cidadão SUSEP: 0800 021 8484 (dias úteis, das 9h30 às 17h) ou [www.susep.gov.br](http://www.susep.gov.br). Ouvidoria Icatu Seguros: 0800 286 0047. Promoção válida durante o período de 05/04 a 30/12/2017, para os associados da Central Sicredi PR/SP/RJ. Consulte regulamento completo da promoção e condições de contratação nas unidades de atendimento participantes. Imagens meramente ilustrativas. SAC Sicredi - 0800 724 7220 / Deficientes Auditivos ou de Fala - 0800 724 0525. Ouvidoria Sicredi - 0800 646 2519.





# Safra terá mais de R\$ 190 bilhões

**Efeitos da PEC 241 refletem sobre total de recursos, juros de algumas linhas e prazo para pagamento de créditos do plano do ciclo 2017/18**

por Sílvio Oricolli

Anunciado em 7 de junho e em vigor desde o dia 1º deste mês, o Plano Agrícola e Pecuário 2017/18 prevê a aplicação de R\$ 190,25 bilhões na agricultura comercial brasileira no período que se encerra em 30 de julho do ano que vem. No geral, houve redução de juros entre 1 e 2 pontos percentuais. Com isso, as taxas anuais

dos programas para Construção e Ampliação de Armazéns (PCA) e de Incentivo à Inovação Tecnológica na Produção Agropecuária (Inovagro) caíram de 8,5% para 6,5%, enquanto nos programas de Investimentos houve queda de 8,5% e 9,5% para 7,5% e 8,5%. O mesmo ocorreu com os juros dos créditos para custeio das atividades.

Apesar da redução dos juros, o gerente técnico e econômico da Ocepar, Flávio Turra, avalia que, por “uma questão de sustentabilidade”, deverá sobrar recursos destinados ao PCA, previstos em R\$ 1,6 bilhão, pois a expectativa era que o custo do crédito caísse para 5,5% ao ano. “Para o prestador de serviços que tem a armaze-

Do total disponibilizado pelo PAP 2017/18, R\$152,15 bilhões estão programados para custeio e comercialização e R\$ 38,1 bilhões para investimentos



pacidade estática dos armazéns de cerca de 160 milhões de toneladas.

O Paraná, no período 2016/17, teve produção recorde de 42,8 milhões de toneladas. A capacidade estática de armazenagem no estado é de 30 milhões de toneladas. Desse volume, as cooperativas respondem por 16,2 milhões de toneladas. Dos R\$ 2,1 bilhões a serem investidos neste ano pelo setor, R\$ 836,8 milhões, que correspondem a 40% do total, serão destinados à ampliação da capacidade armazenadora, incluindo unidades em outros estados, onde atuam. Em 2016, foram aplicados nessa área R\$ 823,9 milhões, 37,5% dos R\$ 2,2 bilhões investidos pelas cooperativas.

Turra explica que “o financia-

mento só se viabiliza com as atuais taxas se a armazenagem for uma atividade intermediária atrelada a um processo de agregação de valor, como a agroindústria”. Neste ano, o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) disponibilizará R\$ 1,6 bilhão para o financiamento do PCA para agricultores e cooperativas e outros R\$ 300 milhões para investimento em armazenagem para cerealistas.

### Contenção

O gerente da Ocepar esclarece que o montante de recursos e a fixação das novas taxas de juros do PAP 2017/18 obedeceram ao que determina a PEC 241, que estabeleceu teto de gastos para as contas >>

## CUSTEIO E COMERCIALIZAÇÃO

| Programa               | Recursos Programados (R\$ milhões) | Prazo Máximo               | Taxa de Juros (% ao ano) |
|------------------------|------------------------------------|----------------------------|--------------------------|
| Crédito rural (geral)  | 74.130                             | 14 meses                   | 8,50                     |
| Pronamp                | 18.000                             | 14 meses                   | 7,50                     |
| Funcafé                | 4.890                              | 90 dias após a colheita    | 8,50                     |
| Fundos Constitucionais | 3.580                              | Variáveis                  | Taxas por porte          |
| Estocagem de álcool    | 2.000                              | 270 dias                   | TJLP + 3,7%              |
| LCA (taxa controlada)  | 13.650                             | Negociação entre as partes | 12,75                    |
| Recursos livres        | 34.000                             | 14 meses                   | Livres                   |
| <b>Total</b>           | <b>150.250</b>                     | -                          | -                        |

Fonte: MAPA/SPA/DCEE. Data: junho.2017

## RESUMO DOS RECURSOS DE CRÉDITO PARA A AGRICULTURA COMERCIAL – 2017/18

| Itens                     | Safra 2016/17 (R\$ bilhões) | Safra 2017/18 (R\$ bilhões) | Variação (%) |
|---------------------------|-----------------------------|-----------------------------|--------------|
| Custeio e comercialização | 149,8                       | 152,15                      | 1,6%         |
| Juros controlados         | 96,8                        | 118,05                      | 22,2%        |
| Juros livres              | 53,0                        | 34,1                        | -35,7%       |
| Investimento              | 34,0                        | 38,1                        | 12%          |
| <b>Total</b>              | <b>183,8</b>                | <b>190,25*</b>              | <b>3,5</b>   |

Fonte: SPA/Mapa, Elaboração: Ocepar/Getec – junho de 2017

\*Incluídos os R\$ 550 milhões para Seguro Rural em 2018 e R\$ 1,4 bilhão para comercialização

nagem como atividade principal, a taxa nesse patamar não viabiliza o investimento”, pondera, mesmo considerando a atual defasagem entre a capacidade de estocagem frente à supersafra de grãos 2016/17. A Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) estima que o país colherá 234,3 milhões de toneladas nesta safra, frente à ca-

públicas do governo, que determinou que a atualização dos valores, nos próximos 20 anos, só pode ser feita de acordo com a variação da inflação dos últimos 12 meses. Por isso, mexeu-se pouco nos juros, ao mesmo tempo que foram encurtados os prazos dos financiamentos, além de reduzir investimentos por tomador e ter fixado limites, em algumas situações. “No contexto global, positivo mesmo foi a redução da taxa de juros em dois pontos percentuais para o Inovagro e o PCA”, acrescenta.

Mas, por causa das taxas, consideradas elevadas pelos tomadores, poderá haver sobra de recursos previstos no plano. Turra alerta que, “em especial na questão dos programas de investimentos, poderemos ter problemas de inadimplência, pois, para fazer frente aos custos elevados das parcelas do financiamento, é necessário ter retorno elevado do investido”. E lembra que a inflação prevista para

Fotos: Arquivo Ocepar



A expectativa é que, por causa da taxa de juros, sobrarão dinheiro para a linha destinada à construção e ampliação de armazéns

o ano está abaixo de 4%, frente à média anual de 8,5% dos juros do PAP, portanto, mais que o dobro da elevação do custo de vida. Além disso, com a Selic estimada em 8,5% no encerramento do ano, “poderemos chegar a um momen-

to em que os juros de mercado, em algumas linhas de crédito, no médio prazo, ficarão abaixo do custo dos investimentos controlados. Já no crédito de custeio, o impacto será menor devido ao prazo mais curto da linha, mesmo assim pode

**LINHAS E PROGRAMAS DE FINANCIAMENTO DE INVESTIMENTOS AGROPECUÁRIOS**

| Programa                         | Recursos Programados (R\$ milhões) | Limite de Crédito/Beneficiário | Prazo Máximo | Carência (Anos) | Taxa de Juros (% ao ano) |
|----------------------------------|------------------------------------|--------------------------------|--------------|-----------------|--------------------------|
| Moderfrota                       | 9.200                              | 90%                            | 7            | -               | 7,5 e 10,5               |
| Moderagro                        | 640                                | R\$ 880 mil                    | 10           | 3               | 8,5                      |
| Moderinfra                       | 600                                | R\$ 2,2 milhões                | 10           | 3               | 7,5                      |
| ABC                              | 2.130                              | R\$ 2,2 milhões                | 12           | 8               | 7,5                      |
| PCA                              | 1.600                              | Livre                          | 15           | 3               | 6,5                      |
| Inovagro                         | 1.260                              | R\$ 1,1 milhão                 | 10           | 3               | 6,5                      |
| Pronamp                          | 3.710                              | R\$ 430 mil                    | 8            | 3               | 7,5                      |
| Prodecoop                        | 1.000                              | R\$ 150 milhões                | 10           | 3               | 8,5                      |
| Prodecoop - Aquis. Ativos        | 700                                | R\$ 150 milhões                | 10           | 3               | TJLP + 3,7%              |
| Procap-Agro                      | 2.200                              | R\$ 65 milhões                 | 2            | 6 meses         | TJLP + 3,7%              |
| <b>SUBTOTAL</b>                  | <b>23.040</b>                      | -                              | -            | -               | -                        |
| Fundos Constitucionais           | 5.884                              | -                              | 12           | 3               | Taxas por porte          |
| Bancos Coop. (Bancoob e Sicredi) | 600                                | R\$ 430 mil                    | 12           | 3               | 8,5                      |
| Proreova Rural                   | 1.500                              | -                              | 6            | 18 meses        | TJLP + 3,7%              |
| BNDES - Agro                     | 2.000                              | -                              | -            | -               | TJLP + 3,7%              |
| Outros a juros livres            | 5.125                              | -                              | -            | -               | -                        |
| <b>Total</b>                     | <b>38.149</b>                      | -                              | -            | -               | -                        |

induzir o produtor a reduzir o uso de tecnologia”, avalia. Nos Estados Unidos, o maior produtor mundial de grãos e, portanto, o principal concorrente do Brasil no mercado internacional, os juros agrícolas variam de 1% a 1,5% ao ano, destaca Turra.

### Cooperativas

Análise técnica e econômica da Getec, entre outras considerações, aponta que no PAP 2017/18 houve limitação de crédito no plano geral para as cooperativas, com redução de limites de recursos, restringindo, com isso, o acesso ao crédito rural para custeio, comercialização e industrialização. “Diante disso, é possível prever que, em dois anos, os limites dos créditos globais para cooperativas deverão cair 33% em relação aos valores estipulados pelo governo no plano 2017/18. Isso afetará especialmente as cooperativas que têm um grande número de associados”, explica Turra. ■

Os recursos e os juros para a agricultura familiar foram mantidos nos mesmos patamares do período 2016/17



## O Plano Safra

O PAP 2017/18, lançado no Palácio do Planalto, com a participação do presidente Michel Temer e do ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Blairo Maggi, além de representantes de entidades do setor agropecuário brasileiro, entre os quais o presidente do Sistema Ocepar, José Roberto Ricken, destinou R\$ 152,15 bilhões para custeio e comercialização, dos quais R\$ 118,05 bilhões com juros controlados, ou seja, com taxas estabelecidas pelo governo. Os demais R\$ 34,1 bilhões estão sujeitos aos juros livres, ou seja, resultarão da livre negociação entre o banco e o produtor rural e devem ficar entre 10% e 12,75% ao ano. Para o gerente técnico e econômico da Ocepar, Flávio Turra, com a escassez de recursos, as instituições financeiras devem estabelecer como parâmetro da taxa o índice maior. Para investimentos, foram fixados R\$ 38,1 bilhões, o que representou aumento de 12% sobre os R\$ 34,05 bilhões do plano anterior, enquanto o montante destinado para o apoio à comercialização está programado em R\$ 1,4 bilhão para esta safra.

Turra ressalta, por exemplo, que o PAP destinou para o Programa de Desenvolvimento Cooperativo para Agregação de Valor à Produção Agropecuária (Prodecoop) R\$ 1,7 bilhão, o que representa redução de 31% frente aos R\$ 2,47 bilhões reservados ao programa na safra 2016/17. O Prodecoop, que terá recursos de R\$ 1 bilhão, com juros de 8,5% ao ano, no entanto, teve o limite de crédito por tomador elevado em 36,37%, de R\$ 110 milhões para R\$ 150 milhões. A linha Prodecoop – Aquisição de Ativos tem disponível R\$ 700 milhões com taxa anual de TJLP mais 3,7%, com limite de R\$ 150 milhões por beneficiário. Foram programados R\$ 2,2 bilhões para o Programa de Capitalização das Cooperativas Agropecuárias (Procap-Agro). O limite de crédito por beneficiário é de R\$ 65 milhões, com taxa calculada na TJLP mais 3,7% ao ano.

Ainda de acordo com a análise da Getec, do montante do PAP 2017/18, o governo reservou R\$ 21,7 bilhões para o Programa de Apoio ao Médio Produtor Rural (Pronamp) – R\$ 18 bilhões para custeio e comercialização, 14,65% a mais que os R\$ 15,7 bilhões do Plano Safra 2016/17, e R\$ 3,71 bilhões para investimento, o que representa redução de 12,5% frente aos R\$ 4,24 bilhões do período anterior. No total, houve aumento de 8,8% sobre os R\$ 15,7 bilhões do plano safra anterior. Os limites de crédito por tomador se mantiveram iguais de um plano para outro: no custeio é de R\$ 1,5 milhão e no investimento, R\$ 430 mil. Os juros caíram de 8,5% para 7,5% ao ano.

Para o seguro rural, o governo anunciou que vai disponibilizar R\$ 550 milhões para subvenção do prêmio no Orçamento de 2018, o que corresponde a um aumento de R\$ 150 milhões em comparação ao montante anterior.

### Agricultura familiar

O Plano Safra da Agricultura Familiar para o período entre 2017 e 2020, anunciado pelo Governo Temer no dia 31 maio, em Brasília, prevê a aplicação de R\$ 30 bilhões no ciclo 2017/18, ou seja, o mesmo valor do plano anterior. Também as taxas de juros, que variam de 2,5% a 5,5% ao ano, são iguais às do ano passado. Uma novidade é o início das atividades da Agência Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (Anater), responsável pela assistência técnica ao agricultor familiar em todas as etapas da produção. A agência contará com o apoio da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa). O Conselho de Administração será composto por cinco representantes do governo e mais um de quatro entidades: Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB), Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag), Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA) e Federação Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar (Fetraf).

Um dos itens de interesse do cooperativismo é o que trata do aumento do valor dos limites do programa Pronaf Cotas-Partes – R\$ 40 mil por cooperado e até R\$ 40 milhões por cooperativa. O crédito poderá ser concedido em uma ou mais operações, desde que o somatório dos valores contratadas pelo mesmo mutuário não ultrapasse os limites. No plano safra 2016/17, os limites eram de R\$ 20 mil por beneficiário e de até R\$ 20 milhões por cooperativa. E o cooperado só podia obter outro crédito após a quitação do primeiro. ■

# Visão internacional dos negócios cooperativos

Na Austrália de cada sete habitantes um está ligado a pelo menos uma cooperativa. Com uma economia de mercado altamente desenvolvida, possui o 13º maior PIB do mundo e destaca-se como o maior parceiro comercial do Brasil na América do Sul. Já na Nova Zelândia, país com 4,5 milhões de habitantes, 31% da população é associada a alguma cooperativa. Em 2014, a Organização das Nações Unidas nomeou a Nova Zelândia como a economia mais cooperativa do mundo, após uma pesquisa global com 145 países. Apesar de ter um cooperativismo pujante, o Brasil tem muito a aprender com esses dois países. “O modelo brasileiro é relativamente novo mas possui um destaque no cenário global, considerando suas modernas práticas de gestão, intercooperação e arcabouço legal. Entretanto, reconhecemos que ainda temos um longo caminho a trilhar para atingir o patamar de excelência europeu, norte-americano ou canadense”, comenta a gerente geral do Sistema OCB, Tânia Zanella.

Fotos: Sistema OCB/par



Roteiro começou pelo Dairy Australia, órgão australiano de serviços para os produtores de leite



Community First Credit Union é a maior cooperativa de crédito atuando em Sidney e na região da Costa Central da Austrália

Para conhecer a forma de organização e as boas práticas adotadas pelos australianos e neozelandeses, a quinta turma do Programa de Formação de Executivos e Líderes Cooperativistas participou de uma missão de estudos na Oceania. Antes disso, o grupo, formado por cooperativistas do Paraná dos ramos agropecuário

e crédito, dos coordenadores do SESCOOP/PR, João Gogola Neto e Devair Antônio Mem, e da gerente geral da OCB, esteve na Argentina, Itália, Alemanha, Holanda, Estados Unidos e Canadá, além de ter participado de módulos de estudo sobre o cooperativismo paranaense e brasileiro.

## Roteiro técnico

O Programa é uma iniciativa do SESCOOP/PR, em parceria com o Sebrae, e tem por objetivo propiciar uma visão internacional dos negócios cooperativos. Na Oceania, por

Programa de Formação de Executivos e Líderes Cooperativistas promove missão técnica na Austrália e na Nova Zelândia



duas semanas, de 15 a 26 de maio, os cooperativistas realizaram visitas técnicas em cooperativas e entidades representativas locais. Na Austrália, o grupo conheceu o Dairy Austrália - órgão nacional de serviços para os produtores da indústria de leite; o BCG (Birchip Cropping Group) - organização de pesquisa e extensão agrícola sem fins lucrativos liderada por fazendeiros; Bank Austrália; o Business Council of Co-operatives and Mutuals (BCCM) - entidade representativa do cooperativismo australiano; o Teachers Mutual Bank (TMBL) - um dos maiores bancos mútuos da Austrália; o Community First Credit Union Limited - a segunda maior cooperativa de crédito da Austrália; e o COBA (Customer Owned Banking Sector Overview) - entidade de defesa do setor bancário cooperativo da Austrália.

Na Nova Zelândia, houve visitas na Zespri - uma das líderes mundiais na produção de kiwi, respondendo por 30% do mercado global do produto; Linchfield Orchard - fazenda que conta com 42 hectares de produção de kiwis, com produtividade média de 51,8 toneladas de fruta por hectare; EastPack - cooperativa de produtores de kiwi criada em 1983 e que tem por objetivo prestar serviços aos seus associados; e NZ Coop (Cooperative Business New Zealand) - a Associação Nacional de Cooperativas da Nova Zelândia, organização representativa e comercial que possui 64 membros em todo território neozelandês;

### Avaliação positiva

Para Tânia Zanella, o quinto módulo foi “extremamente positivo, em todos os aspectos”, mas ela destaca “a possibilidade de ampliar o olhar sobre dois outros modelos internacionais e, acima de tudo, de estreitar a relação com as entidades que estimulam o desenvolvimento do cooperativismo australiano e neozelandês”. “Não

tenho dúvidas de que muitos dos nossos processos poderão ser aperfeiçoados, com base no que vimos nesses dois países. E, assim, o Brasil continuará sendo um país marcado pela inovação e sua competitividade”, disse.

Vários apontamentos positivos surgiram dessas visitas, abrangendo, inclusive, oportunidades concretas de negócios. Um exemplo disso foi o interesse demonstrado pela LIC-Livestock Improvement - cooperativa com atuação em melhoria genética e que atende a 80% do mercado da Nova Zelândia em desenvolvimento genético; e o início de conversas com a Fonterra - maior cooperativa de produtores de leite, maior exportadora de laticínios do mundo e uma das maiores empresas da Nova Zelândia, com atuação em mais de 140 países e mais de 10.500 associados.

Na Austrália, um dos aspectos que despertou a atenção dos cooperativistas do Paraná foi que um número reduzido de funcionários nas cooperativas de crédito controla um volume significativo de recursos administrados, já que o foco está no desenvolvimento de novas tecnologias, principalmente, em operações via mobile ou on-line. Observou-se ainda que, mesmo em ambientes adversos à boa produtividade, as cooperativas australianas conseguiram extrair bons resultados, com investimento em pesquisa, mecanização e uso de novas tecnologias.

O coordenador de Desenvolvimento Cooperativo, João Gogola Neto, destaca também o fato de que não existe diferença tributária ou qualquer outro tipo de benefício entre empresas mercantis e as cooperativas australianas, desta forma é preciso buscar um diferencial por meio da eficiência. “Investir de forma estruturada e consciente também é um dos recados percebidos, pois algumas indústrias montaram plantas ao lado de grandes concorrentes e acabaram tendo prejuízos.

Fotos: João Gogola Neto/Sistema Ocoapar



O TMBL é o maior banco mútuo da Austrália, com mais de 186.000 membros e mais de \$AU 6 bilhões em ativos



Zespri é uma líderes mundiais na produção de kiwi

Nesta questão, a lição aprendida nos remete à “intercooperação”, ressalta.

Na Nova Zelândia, entre as práticas adotadas, chamou a atenção a forma de capitalização das cooperativas em que o volume de capital exigido dos cooperados está diretamente ligado à quantidade de produto entregue ou uso da cooperativa. “Nossos cooperativistas destacaram também a forma de exportação adotada no país, onde o governo faz leis específicas para produtos e orienta que a venda externa ocorra somente através de uma empresa ou cooperativa e, ainda, que seja usada uma marca única. Desta forma, a produção é padronizada, não comprometendo internamente o preço dos produtos”, concluiu. ■

por Sílvio Oricolli

# Radiografia do campo

A pesquisa nas propriedades rurais mobilizará quase 25 mil recenseadores no país



Lançado no dia 19 de junho no auditório do Sistema Ocepar, em Curitiba, pelo presidente do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Roberto Luís Olinto Ramos, o Censo Agropecuário 2017 terá início em outubro próximo, mobilizando 24.984 recenseadores no país, dos quais 1.350 no Paraná. O resultado do levantamento em cerca de cinco milhões de propriedades rurais brasileiras – 372 mil são paranaenses – está previsto para ser divulgado em meados de 2018. O investimento na pesquisa é de R\$ 500 milhões em 2017 e mais R\$ 270 milhões no ano que vem.

O último Censo Agropecuário realizado no país foi em 2007. Por isso, a atualização dos dados sobre a realidade do campo é necessária, porque servirá para balizar políticas públicas e ações privadas para o setor, conforme frisaram autoridades, lideranças e representantes de entidades do setor do agronegócio presentes ao evento. O presidente do Sistema Ocepar, José Roberto Ricken, por exemplo, disse que, nos últimos dez anos, a produção agropecuária brasileira cresceu aproximadamente 80%. “Só no Paraná aumentamos quase 13 milhões de toneladas de grãos. E o sistema cooperativo recebe quase 60% da produção agropecuária paranaense. Por isso, vamos apoiar a realização do censo, que nos trará informações atualizadas”, destacou.

A governadora em exercício do Paraná, Cida Borghetti, com-



Fotos: Ricardo Possi / Assessoria Sistema Ocepar

O presidente do IBGE, Roberto Luís Olinto Ramos, disse que o levantamento terá investimento de R\$ 770 milhões

plementou, ao dizer que “as informações precisas ajudarão a nortear políticas públicas, aperfeiçoar ações e orientar investimentos para os próximos anos. É, sem dúvida, um trabalho de importância econômica, social e ambiental”. O presidente da Federação da Agricultura do Estado do Paraná (Faep), Ágide Meneguette, entende que o censo dará nitidez ao “retrato da agropecuária brasileira, porque mostrará que o desenvolvimento do setor nos últimos anos foi mais pujante que do que imaginamos”.

Na análise do secretário da Agricultura e do Abastecimento do Paraná, Norberto Ortigara, o levantamento que será efetuado pelo IBGE “é fundamental para conhecer realidades, ou seja, saber quem e quantos somos, como nos organizamos, enfim, como é a dinâmica que temos no meio rural. E isso ajudará a calibrar políticas dos governos municipais, do estado e federal, das empresas,



O lançamento do Censo Agropecuário foi prestigiado por autoridades, representantes de entidades e técnicos do agronegócio

das cooperativas para o setor”.

O presidente do IBGE, Roberto Luís Olinto Ramos, disse que, mesmo com as restrições orçamentárias, o censo vai “varrer todos os estabelecimentos agropecuários do país, em busca das informações que tanto nos fazem falta”. Segundo ele, o levantamento é a chave da obtenção da informação para a Agenda 2030 no Brasil quanto ao desenvolvimento sustentável. “Então, além de todas as informações que vão chegar de forma completa aos municípios, há, hoje, uma demanda internacional sobre a realidade municipal na questão do desenvolvimento sustentável”, pontuou. ■

# Conexões que transformam

Esse foi o tema do 25º Suespar, que reuniu as 23 Unimeds do Paraná e dirigentes do Sistema de todo o Brasil, de 8 a 11 de junho, em Foz do Iguaçu

O Simpósio das Unimeds do Estado do Paraná (Suespar), realizado de 8 a 11 de junho, em Foz do Iguaçu (PR), marcou também os 25 anos do evento, que reúne as cooperativas paranaenses do Sistema. O Suespar ocorreu junto com o 9º Encontro das Unimeds do Polo Mercosul e abordou o tema “Conexões que Transformam”.

Isidoro Alvarez, presidente da Unimed Foz do Iguaçu deu as boas-vindas aos participantes. Em seguida, José Roberto Ricken, presidente do Sistema Ocepar, destacou o trabalho de cada um dos integrantes da mesa de abertura e fez uma menção especial às Unimeds paranaenses, destacando o profissionalismo do Sistema no estado. Também falou sobre os investimentos do Sistema Ocepar, por meio do SESCOOP/PR, em educação continuada.

Nerlan Carvalho, presidente da Associação Médica do Paraná, falou do fortalecimento da classe médica por parte das cooperativas e destacou a importância de estreitar laços entre as entidades, uma vez que os objetivos são comuns. E pediu: “Criemos vias de ação, somemos esforços e sinergismo buscando trabalhar pela população e pela dignidade da profissão médica.”

Paulo Roberto Fernandes Faria, presidente da Federação Unimed PR e da Unimed Mercosul, fez uma análise da economia brasileira, ressaltando uma fala do ex-ministro Delfim Netto sobre o Brasil ser muito grande para caber em um abismo. “Não é errado falar que vivemos tempos disruptivos. Em termos de negócio, o que é certo hoje, pode não ser amanhã. Porém, é um tempo rico, extremamente desafiador e criativo.” Como exemplo, ele citou as várias Unimeds do Paraná que cresceram e inauguraram serviços próprios no último ano.

“Neste cenário movido de rupturas e de inovação, todos nós somos chamados à responsabilidade. Todas as lideranças do nosso Sistema devem ser protagonistas desse processo. Não é o mais forte que sobrevive, nem o mais inteligente, mas, sim, o mais disposto às mudanças. Para continuar a avan-

çar, é preciso se conectar mais. Conexões que transformam são o espírito do cooperativismo. Que esse espírito seja perene”, disse.

Orestes Pullin, presidente da Unimed do Brasil, destacou a característica visionária dos dirigentes das singulares paranaenses. “Começamos a falar em atenção primária à saúde (APS) em 2011, porque acreditávamos que o modelo atual não se sustentaria por muito tempo. Hoje, a APS é um exemplo para todo o Sistema Unimed. Mais do que nunca, estão todos convencidos de que a mudança do modelo assistencial é essencial para a sustentabilidade de qualquer sistema de saúde, tanto público como privado. Eu tenho orgulho de fazer parte dessa história”, complementou.

O ministro da Saúde, Ricardo Barros, enfatizou o trabalho conjunto do setor público com a saúde suplementar. “Eu tenho certeza de que, com a colaboração dos senhores médicos, nós poderemos avançar muito mais na qualidade dos serviços de saúde. As Unimeds são fundamentais para o Brasil nesse processo. Esse espírito de cooperar e de somar é o que precisamos.”

No Simpósio, foram tratados temas como gestão de crises, riscos e comunicação de organizações; novo modelo de gestão de carteira; e novos modelos de atenção à saúde que geram sustentabilidade para a operadora, Objetivos de Desenvolvimento Sustentável: uma ferramenta de transformação a serviço da Unimed, entre outros. ■

Foto: Wilson Ruanis



# Duas décadas de história

Uniprime Oeste do Paraná comemora vinte anos, contabilizando avanços e proporcionando condições exclusivas aos cooperados

Ao longo de sua história, a Uniprime Oeste do Paraná vem desempenhando um papel fundamental como braço de apoio financeiro ao seu quadro social. No dia 12 de maio, a cooperativa completou 20 anos de fundação. Além de devolver sobras anuais, que nessas duas décadas totalizaram R\$ 63.717.585,62, ela realiza projetos de educação financeira, que buscam o desenvolvimento econômico e a integração social de seus cooperados.

Também são oferecidas condições exclusivas aos cooperados, dentre elas a isenção de tarifas de manutenção de conta, taxas de juros mais atrativas para ope-

rações de crédito e investimentos.

Com sede em Cascavel e agências em Foz do Iguaçu e Francisco Beltrão, a Uniprime Oeste do Paraná é integrada atualmente por 4.650 cooperados, que são atendidos por 60 colaboradores, em cinco agências. Conta com R\$ 443 milhões em ativos.

É a segunda colocada no ranking Uniprime em volume de ativos e a primeira em eficiência. Participa do Sistema Uniprime, composto por oito cooperativas singulares, com atuação nos estados de Santa Catarina, Paraná, Mato Grosso do Sul e São Paulo. O Sistema conta com 41.800 cooperados, atendidos em 56 agências.

## Origem

Tudo começou no dia 12 de maio de 1997, quando 20 sócios-fundadores da Uniprime Oeste do Paraná assinaram a ata de constituição da cooperativa de crédito: Silvio Castro, Sérgio Luiz Cochinski, Antonio Helsi Hubie, Julio Mizuta, André Muxfeldt Chagas, Jarbas Poli, Luiz Carlos de Lima, Edson Takashi Akaki, Karin Erdmann, Said El Hamoui, Hirofumi Uyeda, Norio Ito, Vilson Dalmina, Adilson Antonio Scopel, Luiz Carlos Toso, João Luiz Corso Bandeira, Osvaldo Pedroso Junior, Ildemar Marino Canto, Altair Antonio Pelanda e Faustino Garcia Alferez. Eles tinham como propósito criar uma cooperativa pautada na eficiência e direcionada ao desenvolvimento de seus cooperados.

Para marcar a passagem do aniversário de fundação, a Uniprime realizou um evento no Teatro Municipal de Cascavel, quando foram prestadas homenagens aos integrantes dos Conselhos de Administração que se dedicaram à construção de uma cooperativa cada vez melhor. Foi ainda apresentada uma palestra com o filósofo e ensaísta Luiz Felipe Pondé, seguida do sorteio da Campanha "Movimentação Premiada", que distribuiu um automóvel e quatro televisores de 55 polegadas. A solenidade contou com a presença de mais de 650 cooperados. ■



Foto: Assessoria Uniprime Oeste do Paraná

Evento para celebrar as duas décadas da cooperativa reuniu 650 cooperados no Teatro Municipal de Cascavel

# A qualidade de sempre, agora em uma nova linha de produtos.

GIACOMETTI®

**NOVA FÓRMULA** ALIMENTO COMPLETO PARA CÃES ADULTOS

**PREMIUM**

# Rinthly

Adulto

Sem Corantes Artificiais

25% de Proteína

Rico em Vitaminas e Minerais

Contém Extrato de Yucca

Com Ômega 3 e 6

Peso Líquido 15kg

Rinthly

A large Bernese Mountain dog is sitting on the right, looking up at the bag. The bag is yellow and red, featuring a picture of a dog on the left side.

Um produto com a qualidade

**INTEGRADA**  
COOPERATIVA AGROINDUSTRIAL



# Clima organizacional diferenciado

Investindo em ações que promovem o bem-estar de colaboradores e cooperados, o Sicoob Metropolitano figura entre as 100 melhores empresas para trabalhar na América Latina, segundo levantamento da GPTW

O Sicoob Metropolitano foi eleito pela consultoria Great Place to Work (GPTW) como uma das melhores empresas para trabalhar na América Latina em 2017. A Cooperativa, com sede em Maringá (PR), conquistou o 14º lugar na categoria das 50 melhores empresas com até 500 funcionários.

Na edição bimestral referente aos meses de maio e junho, a revista HSM Management traz a lista com as 100 melhores empresas apontadas pelo levantamento da GPTW e destaca os aspectos que garantiram a boa colocação do Sicoob Metropolitano, única representante do cooperativismo no ranking.

Um desses aspectos é a valorização da diversidade entre os colaboradores. Prova disso é que atualmente, 56% dos cargos de liderança são ocupados por mulheres. Outra preocupação da organização é a questão geracional. Com colaboradores da geração X e muitos da Y, a cooperativa se preocupa em adaptar suas práticas para que pessoas de diferentes idades possam conviver em um ambiente que proporcione novas experiências e aprendizado.

“Em um mercado de trabalho cada vez mais exigente e dinâmico, prezamos pelo aperfeiçoamen-

Foto: Assessoria Sicoob Unicoob



Cooperativa desenvolve programas, como o Felicidade Interna Cooperativa (FIC), um indicador inspirado no índice Felicidade Interna Bruta (FIB), que dimensiona a felicidade em grupos e comunidades

to profissional, mas também pelo desenvolvimento pessoal e pela qualidade de vida dos nossos colaboradores”, explica o diretor-presidente do Sicoob Metropolitano, Ideval Curioni.

## Gestão com foco nas pessoas

Tendo como filosofia de gestão a missão de “cuidar das pessoas”, a Cooperativa desenvolve programas como o Felicidade Interna Cooperativa (FIC), um indicador inspirado no índice Felicidade Interna Bruta (FIB), que dimensiona a felicidade em grupos e comunidades.

“Tenho orgulho de trabalhar aqui, pois é uma empresa que coloca as pessoas em primeiro lugar e cria atividades pensando na nossa felicidade e bem-estar. O grupo de corrida Sicoob Running é um exemplo disso, pois nos permite cuidar da saúde e interagir com os outros colaboradores fora do ambiente de trabalho”, aprova a assistente de crédito, Juliane Cremon Poiate.

Investindo nessas iniciativas, o Sicoob Metropolitano encontrou o caminho para motivar os colabora-

dores, manter um bom clima organizacional e maximizar a produtividade das equipes. “A premiação mostra que aqui temos um bom ambiente de trabalho, formado por pessoas que se sentem bem em fazer parte de uma empresa que se preocupa com a qualidade de vida física e emocional dos colaboradores”, comemora a assistente de comunicação, Daniela Parkuts.

“Para nós, gestores, nada mais gratificante do que ver em cada um deles a alegria de querer crescer junto, vestindo a camisa e buscando o melhor para a nossa empresa e para a sociedade”, complementa Curioni.

## GPTW

O ranking das Melhores Empresas para Trabalhar é realizado pela consultoria Great Place to Work, que avalia e certifica o ambiente de trabalho das organizações através da análise dos dados obtidos por pesquisas respondidas pelos funcionários das companhias participantes. O principal objetivo das listas não é dar prêmios, mas divulgar os bons exemplos e estimular outras empresas a melhorar seu ambiente de trabalho. ■

## INDIQUE SEU DENTISTA

Na **Dental Uni**, beneficiários e empresas clientes também contribuem para a expansão da rede cooperada. Através da área **Indique Seu Dentista** é possível sugerir novos nomes para integrar e fortalecer a rede do cooperativismo no Paraná e no Brasil. Mais de 11 milhões de brasileiros já participam de algum ramo do cooperativismo. Vamos ampliar esse número. **Juntos somos mais fortes!**

Mais informações em [www.dentaluni.com.br](http://www.dentaluni.com.br).

Pode sorrir. A gente garante.

- + profissionais.
- + especialidades.
- + coberturas.
- + cooperação.

[www.dentaluni.com.br/indique](http://www.dentaluni.com.br/indique)





Foto: Assessoria Sicredi



# Administração profissionalizada

Curso de Formação de Conselheiros fortalece a gestão colaborativa do Sicredi

Em busca da perenidade e sustentabilidade do negócio, o Sicredi, instituição financeira cooperativa que está entre as 30 maiores empresas brasileiras, investe continuamente na formação e capacitação de seus associados que desejam conduzir a Cooperativa ao futuro.

De acordo com o presidente da Sicredi Participações S.A. e da Central Sicredi PR/SP/RJ, Manfred Dasenbrock, o grande diferencial da instituição é justamente seu caráter cooperativo e participativo. “Aqui o associado pode se envolver na gestão do negócio de maneira ativa e vir a ser até presidente de sua cooperativa. Por isso a importância no reforço aos conselhos, que ajudam a administrar nossas cooperativas. Esse modelo democrático é essencial para o nosso crescimento e para os resultados positivos que atingimos ano a ano”, analisa.

Para garantir que a sucessão aconteça de maneira segura e profissional em suas cooperativas, o Sicredi desenvolveu programas como o “Crescer” e o “Pertencer”, para ensinar os diferenciais de uma instituição financeira cooperativa em diferentes níveis. Entre os conteúdos contemplados estão os princípios do cooperativismo de crédito, o modelo de negócio, princípios da gestão, entre outros temas.

Quem deseja se aprofundar no assunto pode coordenar núcleos que representam os associados de uma cooperativa nas assembleias de prestação de contas. Após ser eleito coordenador, o associado pode ser in-

dicado para fazer parte do Conselho Fiscal ou Administrativo da organização, que tem o objetivo de fiscalizar as ações dos gestores, equivalente ao papel de diretoria de uma empresa.

Lucas Simon, engenheiro agrônomo de Santa Maria do Oeste (PR), e Max Ronaldo Scheiffer, de Turvo (PR), foram eleitos recentemente Conselheiros Fiscais da cooperativa Sicredi Planalto das Águas PR/SP. Com 32 anos de idade, ambos participaram do Curso de Formação de Conselheiros realizado em Curitiba (PR), em maio. Inspirado nas melhores práticas e metodologia do IBGC (Instituto Brasileiro de Governança Corporativa), o curso procura fortalecer a gestão cooperativa da instituição, bem

como a perenidade e sustentabilidade do negócio. “Isso mostra que o modelo de gestão tem atraído associados mais jovens, interessados em fazer parte do futuro desse negócio colaborativo e justo”, argumenta o gerente de Programas Sociais da Central Sicredi PR/SP/RJ, André Assis.

Para Ivan Pavan, de Realeza (PR), Conselheiro Administrativo da Sicredi Fronteiras PR/SC/SP, ser escolhido pelos associados foi motivo de grande orgulho. “É gratificante ser indicado e eleito pelos associados da minha cooperativa. Esse modelo de gestão participativa é algo que me motiva a trabalhar sério e ajudar na condução do negócio, para oferecer as melhores soluções financeiras para a comunidade”, ressalta. ■

**Sicredi investe na formação de conselheiros e novos líderes, por meio de programas que capacitam associados que querem atuar na gestão**

NOVO

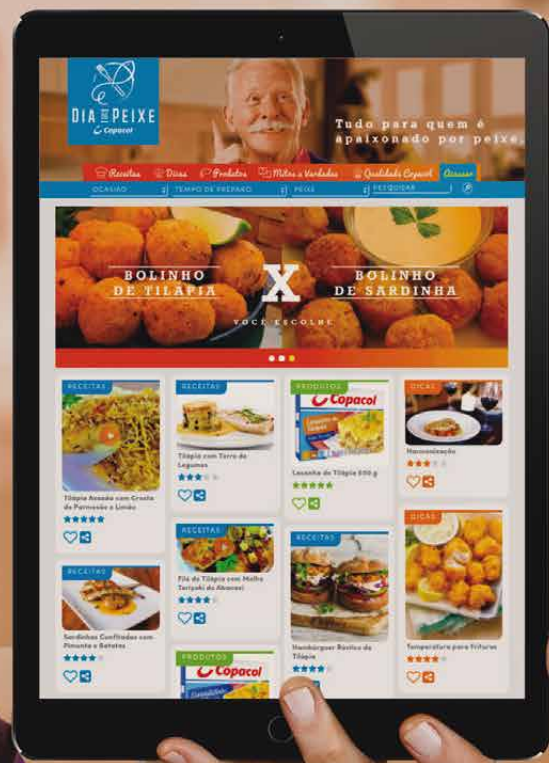
# O portal feito para quem é apaixonado por peixe.

- ✓ O 1º portal de peixes do Brasil;
- ✓ Receitas exclusivas e práticas;
- ✓ Mitos e verdades;
- ✓ Disponível também em aplicativo.

Baixe já o seu!



As melhores  
receitas  
Dicas de preparo  
Disponível  
também em  
aplicativo



fb.com/CopacolOficial

diadepeixe.com.br



# CNCOOP aprova programa de capacitação sindical

Medida foi uma solicitação de dirigentes e funcionários das entidades sindicais que representam as cooperativas brasileiras

Em breve, a Confederação Nacional das Cooperativas (CNCoop), integrante do Sistema OCB, dará início a um programa de capacitação voltado a dirigentes sindicais e profissionais que atuam nas entidades de representação sindical do cooperativismo brasileiro. “Nossa intenção é ampliar o conhecimento em assuntos abrangendo relações de trabalho e matéria sindical. Desta forma, esperamos aprimorar e consolidar a atuação dos profissionais que lidam diariamente com os temas trabalhistas e sindicais da categoria que representam”, explica a gerente sindical da CNCoop, Jucélia Ferreira.

Segundo a gerente, a criação desse programa atende a uma solicitação dos próprios dirigentes e funcionários das entidades sindicais. “Teremos, ao todo, seis módulos: introdução ao sistema sindical, estatuto social com ênfase na administração sindical, eleições sindicais, procedimentos administrativos junto ao Ministério do Trabalho, sistema de custeio das atividades sindicais e negociação coletiva”, conta.

## AGO

Por em prática um programa de capacitação é uma das ações do Plano de Trabalho aprovado na Assembleia Geral Ordinária da CNCoop, no dia 6 de junho, em Brasília. Realizada na sede do Sistema OCB, a AGO reuniu as federações filiadas, entre as quais, a Fecoopar (Federação das Coopera-

tivas do Paraná), representada na ocasião por seu superintendente, Nelson Costa. Além do Plano de Trabalho, os presentes analisaram e aprovaram o relatório de atividades, o balanço patrimonial e a prestação de contas da Diretoria da CNCoop referentes a 2016. Também foi aprovada a proposta orçamentária para 2017.

A situação econômica e política do país também entrou na pauta das discussões. Depois de ouvir a explanação dos delegados das federações sobre o cenário sindical das regiões que representam e, também, as principais demandas sindicais das cooperativas brasileiras, o presidente do Sistema OCB, Márcio Lopes de Freitas, ressaltou que o cooperativismo é um dos mecanismos eficazes para auxiliar no combate aos efeitos da crise política nacional, que desencadeou os problemas econômicos do país. “Nossa atuação é pautada por ética, valores e princípios. A soma de tudo

isso é a confiança. E é ela que nos move, nos faz levantar todos os dias e, assim, gerar riqueza, emprego e renda em todo o país. E é exatamente isso que temos a oferecer aos governos sérios: confiança. Sem ela, não podemos avançar”, destacou.

## A CNCoop

A CNCoop é a entidade sindical de grau máximo das cooperativas registradas no Sistema OCB. Fundada em 2005, a instituição tem a missão de representá-las sindicalmente, fortalecendo o setor como um todo. Compõe o Sistema OCB, juntamente com o Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo (Sescoop), que atua no monitoramento das cooperativas, formação profissional e promoção social dos cooperados e suas comunidades, e a Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB), instituição responsável pelo fomento e defesa do sistema cooperativista brasileiro. ■

Foto: Assessoria Sistema OCB



Criação do Programa foi um dos assuntos tratados na Assembleia Geral Ordinária da CNCoop, no dia 6 de junho, em Brasília

## CRÉDITOS DE ICMS

Representantes do Sistema Ocepar, da Secretaria de Estado da Fazenda (Sefa) e da Agência Paraná de Desenvolvimento (APD) estiveram reunidos, no dia 6 de junho, na sede da Ocepar, em Curitiba, para discutir as normas publicadas pelo Governo do Estado que regulamentam o uso de créditos do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) por empresas enquadradas no Programa Paraná Competitivo. No dia 29 de maio, o governador Beto Richa assinou a resolução que autoriza a utilização de R\$ 100 milhões em créditos acumulados de ICMS. Esse recurso poderá ser destinado a investimentos, como ampliação de estabelecimentos, aquisição de veículos, caminhões e máquinas. As cooperativas paranaenses do ramo agropecuário também podem se beneficiar da medida. Novos encontros com os profissionais da APD serão realizados para tratar das normas que regulamentam o novo Paraná Competitivo.



Foto: Ricardo Rossi / Assessoria Sistema Ocepar

## PROJETO QUER VIABILIZAR AGRICULTURA REGIONAL

O secretário do Abastecimento de Curitiba, Luiz Gusi, detalhou ao presidente do Sistema Ocepar, José Roberto Ricken, no dia 6 de junho, projetos da prefeitura visando ao desenvolvimento da produção de hortifrutigranjeiros em Curitiba e região metropolitana, como a agricultura urbana, que envolve principalmente a produção de hortaliças e sua organização em espaços e vazios urbanos. “Nisso, a Ocepar pode nos ajudar muito com sua visão de cooperativismo”, disse. O secretário afirmou que está em desenvolvimento o projeto Prometrópole, com a criação de um grupo agroalimentar, envolvendo vários segmentos ligados ao agronegócio para organizar e promover a produção metropolitana de frutas, hortaliças e pequenas agroindústrias.



Foto: Ricardo Rossi / Assessoria Sistema Ocepar

## DISCUTINDO PARCERIAS COM A ÁFRICA DO SUL

O Seminário Paraná – África do Sul sobre Agronegócios foi realizado dia 5 de junho, na sede do Sistema Ocepar, em Curitiba. A solenidade de abertura foi prestigiada pelo vice-ministro da Agricultura, Indústria Florestal e Pesca da África do Sul, general Bheki Cele, e pelo embaixador do país no Brasil, Ntsiki Mashimbye, que compuseram a mesa junto ao presidente do Sistema Ocepar, José Roberto Ricken, o secretário do Planejamento do Paraná, Cylleneo Pessoa Pereira Júnior, o diretor da Agência Paraná de Desenvolvimento, Adalberto Netto, e o chefe do Departamento de Desenvolvimento Rural Sustentável da Secretaria da Agricultura, Richardson de Souza. O evento teve o objetivo de discutir os potenciais de parceria entre o estado e a África do Sul, com ênfase em investimentos no setor agropecuário.



Foto: Ricardo Rossi / Assessoria Sistema Ocepar

## ATUALIZAÇÃO EM SOJA

O curso de atualização em soja segue trazendo conhecimentos avançados sobre o cultivo da oleaginosa aos profissionais de assistência técnica das cooperativas paranaenses. O terceiro módulo foi realizado entre os dias 22 a 26 de maio, em Londrina, no norte do Paraná. A iniciativa é fruto de parceria entre o Sistema Ocepar e Embrapa Soja e conta com apoio financeiro do Sescop/PR. Para a realização do curso, a Embrapa está mobilizando um total de 55 pesquisadores. Nesta etapa, foram tratados temas ligados à fisiologia vegetal, fertilidade do solo e nutrição de plantas, manejo integrado de nematóides e tecnologia de aplicação de agroquímicos. Foi possível conciliar o conteúdo teórico com aulas práticas em vitrines tecnológicas, laboratórios e lavouras.



Foto: Mariko Zanella / Getco-Ocepar



## MOINHO DE TRIGO COMPLETA TRÊS ANOS

O moinho de trigo das cooperativas Frísia, Castrolanda e Capal, que produz a farinha de trigo Herança Holandesa, completou três anos no dia 6 de junho. Instalada em Ponta Grossa (PR), emprega 62 colaboradores e processa 12 mil toneladas de trigo por mês. No final de 2016, a conquista da ISO 22000 certificou a indústria como apta a produzir alimentos seguros. A farinha de trigo Herança Holandesa é vendida no atacado a indústrias alimentícias de produção de massas, pães, biscoitos, etc. A diversificação do mix de produtos está em estudo entre as cooperativas.



Foto: Ricardo Rossi / Assessoria Sistema Ocepar

## RECEITUÁRIO AGRÔNOMO COM ASSINATURA DIGITAL

A Cooperativa Frísia lançou, no dia 8 de junho, no auditório do Sistema Ocepar, em Curitiba, uma plataforma para a emissão de receitas para uso de agrotóxicos com assinatura digital, que permitirá o envio eletrônico desse documento tanto para o usuário como para o estabelecimento comercial. O software foi desenvolvido com acompanhamento da Agência de Defesa Agropecuária do Paraná (Adapar). Trata-se de um projeto-piloto e a utilização da assinatura digital é opcional para os profissionais que prestam assistência técnica. Segundo o coordenador Agrícola da Frísia, Angelo Márcio Vieira, o processo do receituário com assinatura digital permitirá uma maior eficiência de gestão do tempo e planejamento nas lavouras. “Durante a visita ao produtor, o diagnóstico é feito e a recomendação já pode ser emitida via celular, para que no escritório do agrônomo ou no local de retirada do defensivo, ou ainda no escritório da fazenda, a receita já seja recebida e impressa. Isso evitará que o cooperado tenha que se deslocar até o escritório do agrônomo para pegar o receituário, ganhando tempo, principalmente quando a aplicação de defensivos é urgente”, explica.

## CAPACITAÇÃO DE AGENTES

Vinte profissionais de cooperativas das regiões norte/noroeste e centro-sul participaram, no dia 6 de junho, na sede do Sistema Ocepar, em Curitiba, do Programa de Desenvolvimento dos Agentes do Sescop/PR. O objetivo do treinamento é melhorar a qualificação dos participantes, com foco na atuação estratégica, além de promover maior integração e troca de experiências. O conteúdo do curso contemplou informações sobre a Ocepar, o Sescop, o papel dos agentes, replanejamento, atualizações do sistema de autogestão, e demais assuntos relativos à atividade do agente. O treinamento somou oito horas de carga horária.

## ENCONTRO DE MULHERES EM LARANJEIRAS DO SUL

O 2º Encontro da Mulher Cooperativista promovido pela Cooperativa Coprossel reuniu 380 participantes, no dia 20 de maio, em Laranjeiras do Sul, no sudoeste do Paraná. No evento, elas foram informadas sobre as ações e programas de incentivo da cooperativa, a importância da participação da mulher na gestão da propriedade e ainda sobre as atividades desenvolvidas pela Coprossel. Com apoio do Sescoop/PR, o professor Elizeu Felipe Hoffman ministrou uma palestra motivacional.



Foto: Assessoria Coprossel



Foto: Ricardo Rossi / Assessoria Sistema Ocepar

## GOVERNANÇA COOPERATIVA

Integrantes do Comitê de Autogestão do Plano Paraná Cooperativo 100 (PRC 100) reuniram-se, no dia 1º de junho, na sede do Sistema Ocepar, em Curitiba. Em pauta, o andamento dos trabalhos já realizados e a discussão sobre os fóruns especializados, programa de desenvolvimento de agentes, governança cooperativa e desenvolvimento do quadro social. Também participaram da reunião, técnicos da Partner Consulting. A próxima reunião do grupo está marcada para agosto. O comitê, coordenado pelo superintendente do Sescoop/PR, Leonardo Boesche, está ligado ao pilar Governança e Gestão, um dos cinco que formam as premissas do PRC 100.

## EMBAIXADORA DA MONGÓLIA NA OCEPAR

O Sistema Ocepar recebeu, no dia 30 de maio, a visita da embaixadora da Mongólia no Brasil, Sosormaa Chuluunbaatar. Ela comunicou que a Mongólia está encerrando temporariamente as atividades da Embaixada no país devido a questões financeiras e agradeceu o apoio do Sistema Ocepar, destacando o bom relacionamento mantido entre as entidades. A embaixadora também convidou a Ocepar para participar de um evento que a Aliança Cooperativa Internacional (ACI) vai promover

na Mongólia, em outubro, e que terá a presença do presidente da Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB), Márcio Lopes de Freitas. Sosormaa disse que há interesse em difundir o cooperativismo na Mongólia e levantar as oportunidades de negócio existentes entre os dois países, cuja relação comercial ainda é pequena.



Foto: Ricardo Rossi / Assessoria Sistema Ocepar



Foto: Assessoria Sicoob Unicoob

## SOLUÇÃO TECNOLÓGICA PREMIADA

O Sistema de Informática do Sicoob (Sisbr) foi contemplado como a melhor solução de automação de cooperativas financeiras do Brasil, durante a 17ª edição do Prêmio efinance, em cerimônia ocorrida no dia 7 de junho, em São Paulo, durante CIAB/Febraban, congresso referência na América Latina em tecnologia da informação para o setor financeiro. O sistema foi o vencedor da categoria "Automação e Cooperativa". O Sisbr é uma moderna e robusta solução de automação bancária que realiza o controle financeiro, contábil, operacional e de apoio à decisão para instituições financeiras. Entre as suas principais características, destaca-se um portfólio com mais de 40 módulos integrados.

“

De forma conjunta, procuramos ampliar nossas ações e dar resultado para todos. Mas posso afirmar que ainda existe muita sinergia a ser buscada, não só aqui, mas, também, em outras regiões. É importante cada vez mais promover este alinhamento. Compartilhar a evolução desse processo com cada um de vocês é gratificante”

**RENATO GREIDANUS**

Presidente da Frísia, falando sobre os resultados da intercooperação durante o Fórum dos Presidentes, em Carambeí



Foto: Ricardo Rossi/Sistema Oeppar

“

**Temos hoje no país cenários bem disruptivos, incontrolláveis. Então, para enfrentar essa situação, é preciso entender e praticar os fundamentos da excelência de gestão, porque isso possibilitará ter uma visão sistêmica da organização”**

**JAIRO MARTINS**

presidente da Fundação Nacional de Qualidade (FNQ), em palestra no Fórum de Presidentes Cooperativistas, realizado na Frísia, em Carambeí (PR)

“

A nova lei engessa toda e qualquer tentativa de prorrogação. Pode-se até tentar criar algum mecanismo, como impetrar uma ação alegando inconstitucionalidade, mas a Lei 13.448 é constitucional. Então, dificilmente a ação passará e, no caso de se criar uma outra lei, processo que não é nada rápido, estaremos aqui para fiscalizar isso”

**DEPUTADO FEDERAL SERGIO SOUZA**

Falando sobre a lei que estabelece diretrizes para a prorrogação e relicitação de contratos de concessões rodoviárias, ferroviárias e aeroportuárias

“

**Indiretamente, a agricultura impulsiona a economia porque tem um volume maior de produção. Até com preços menores que o ano passado. Se tivéssemos mantido os mesmos preços do mercado internacional de 2016 com a produção que temos, talvez alcançássemos um crescimento em torno de 17%”**

**BLAIRO MAGGI**

Ministro da Agricultura, comentando, durante o Fórum Mais Milho, em Castro, a elevação de 13,4% do PIB agropecuário no primeiro trimestre de 2017

“

O IBGE é grande e organizado. O corpo técnico do instituto é extremamente consciente do que faz, a maioria tem muitos anos de casa e muito orgulho e responsabilidade com a ideia de que são do Instituto os números mais confiáveis do Brasil. Não há nenhuma possibilidade de manipulação de dados para agradar ao governo”

**ROBERTO OLINTO**

Presidente do IBGE, em entrevista à Revista Paraná Cooperativo



**Nosso**  
desenvolvimento  
é movido a  
**cooperativismo**

A Coamo tem em seu DNA o empreendedorismo e a cooperação entre colaboradores, diretoria, fornecedores, clientes e os mais de **28 mil cooperados**, que com seu esforço fazem dela um dos grandes nomes do agronegócio brasileiro.

A força da união é consolidada pela estrutura da Coamo que conta com **120 unidades** distribuídas nos estados do Paraná, Santa Catarina e Mato Grosso do Sul, terminal no Porto de Paranaguá e moderno complexo industrial em Campo Mourão.

Os bons resultados atingidos em 2015 são motivos para celebrar e ter a certeza de que os frutos desta cooperação garantem benefícios para toda a família Coamo.

Coamo, forte como o homem do campo.

**COAMO**  
AGROINDUSTRIAL COOPERATIVA  
[www.coamo.com.br](http://www.coamo.com.br)



1º DE JULHO DE 2017

# DIA INTERNACIONAL DO COOPERATIVISMO



Cooperativismo,  
movimento que gera crescimento econômico e social no Paraná.

R\$ **70 bi**  
faturamento

R\$ **7,3 bi**  
em exportações

**1,5 mi**  
cooperados

**2,8 mi**  
postos de trabalho



**SistemaOcepar**  
FECOOPAR - OCEPAR - SESCOOP/PR